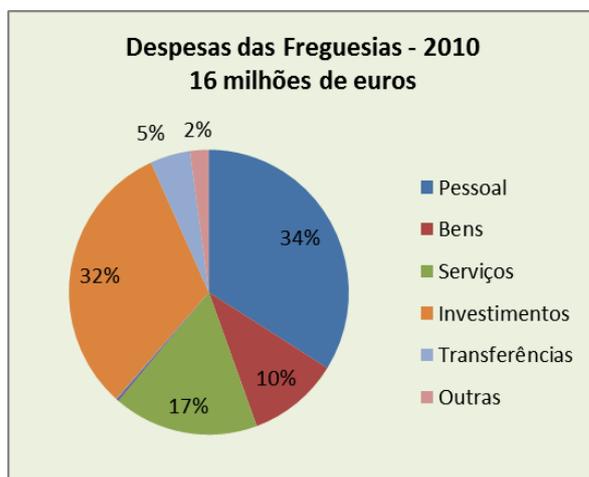
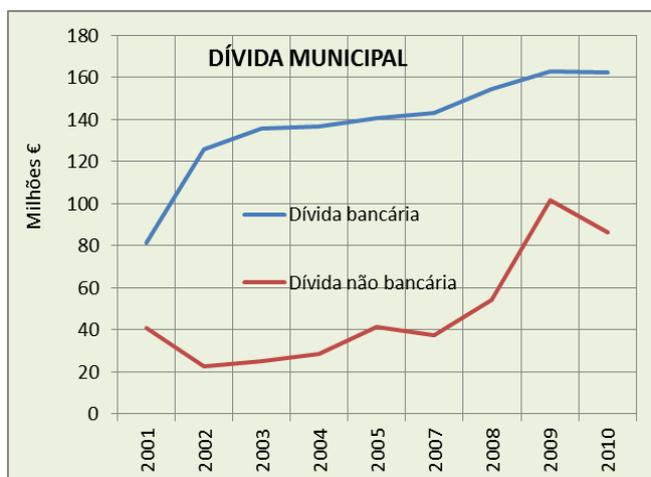
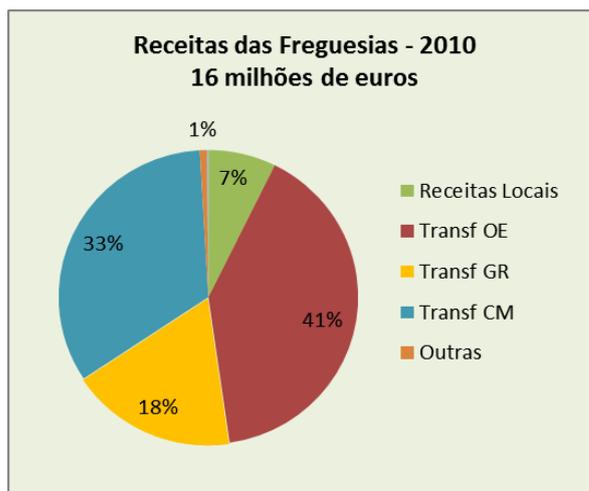
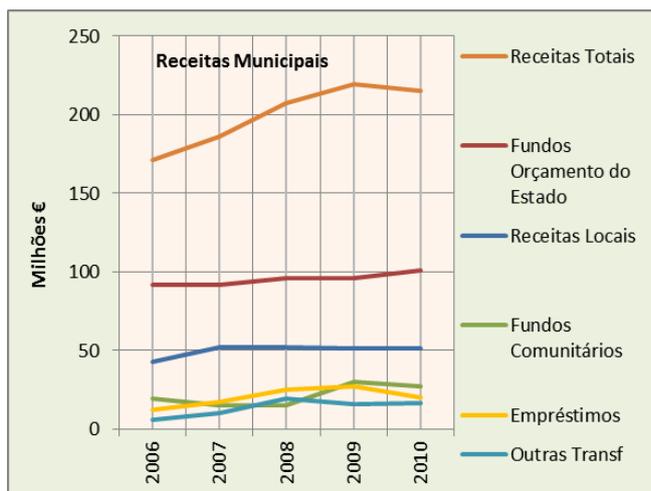




## FINANÇAS LOCAIS

2010



# ÍNDICE

	Página
Introdução	3
1 Caracterização geral da administração local nos Açores	4
2 Receitas municipais	5
2.1 Receitas locais	5
2.2 Fundos do Orçamento do Estado	8
2.3 Fundos Comunitários	9
2.4 Empréstimos e endividamento	11
2.5 Nível de endividamento	12
2.6 Prazo médio de pagamento	13
2.7 Endividamento das empresas municipais e das associações de municípios	14
3 Despesas municipais	16
3.1 Evolução das principais rubricas da despesa	16
3.2 Estrutura da despesa	18
3.3 Investimento municipal	20
3.4 Investimento dos serviços municipalizados e associações de municípios	20
3.5 O investimento em cada município	21
3.6 Utilização das receitas de capital	23
3.7 Áreas de investimento	23
4 Situação patrimonial	24
4.1 Balanço	24
4.2 Evolução das grandes componentes do balanço	27
4.3 O peso relativo dos serviços municipalizados e associações de municípios	27
4.4 Os Fundos Próprios	28
4.5 Rácios e comentários	29
4.6 Resultados líquidos	30
4.7 Resultados líquidos das empresas municipais	32
5 Freguesias – receitas e despesas em 2010	34
6 Quadros Anexos	
Receitas - 2010	37
Despesas - 2010	38
Evolução global das receitas e despesas municipais - 2002/2010	39
Evolução do Balanço e Demonstração de Resultados – 2002/2010	40

## INTRODUÇÃO

A Direção Regional de Organização e Administração Pública, no âmbito das suas competências na área das finanças locais, elabora anualmente um relatório sobre a situação financeira das autarquias locais, o qual resulta da análise dos documentos de prestação de contas recebidos neste departamento.

À semelhança de anos anteriores, são apresentadas em quadros e gráficos as receitas e as despesas dos municípios da Região Autónoma dos Açores no ano de 2010, relacionando-as entre si e mostrando a evolução das mesmas em anos anteriores. Este ano, e pela primeira vez, foram consideradas as entidades do Sector Empresarial Local (SEL), tendo sido analisado o endividamento destas entidades e a sua participação no endividamento municipal, bem como a importância dos subsídios à exploração e outras transferências recebidos dos municípios.

São também considerados, mas em termos mais genéricos, os serviços municipalizados e as associações de municípios, bem como as freguesias, pretendendo-se, deste modo, obter uma imagem global de todo o sector da administração local na Região Autónoma dos Açores.

A análise efetuada assenta em comparações entre os municípios, procurando ter em conta as suas diferenças e outras circunstâncias específicas, que justifiquem os valores apresentados.

São também apresentados e comentados elementos da contabilidade patrimonial, nomeadamente, o balanço e a demonstração de resultados. Um balanço permite-nos saber o valor dos bens, bem como as dívidas a receber e a pagar, de uma autarquia. Por outro lado, a demonstração de resultados compara os custos e os proveitos ocorridos durante o ano e dá-nos o resultado do exercício (lucro ou prejuízo).

Como se verá, existem diversos fatores que influenciam o resultado líquido do exercício de um município, por vezes de forma inesperada. Um lucro ou um prejuízo num município não pode ser interpretado da mesma forma como numa empresa. O que se pretende é que os municípios utilizem de forma eficiente os recursos disponíveis, facto que não pode ser avaliado pela simples leitura de um balanço ou de uma demonstração de resultados, sem ter em conta as especificidades da administração local em geral e de cada município em particular.

O DIRECTOR REGIONAL

Victor Jorge Ribeiro Santos

## 1 – Caracterização Geral

Em 2010, o sector da administração local na Região Autónoma dos Açores compreendia 19 municípios, 2 deles com serviços municipalizados, 155 freguesias e 4 associações de municípios.

A estas entidades acresce ainda o Sector Empresarial Local, (SEL) onde se incluem as empresas públicas municipais, bem como outras entidades com participação significativa dos municípios nos seus capitais próprios. Ao todo, existem na RAA, 32 entidades do SEL.

Os Quadros seguintes mostram um resumo das entidades que integram o sector da administração local.

Caracterização da Administração Local na Região Autónoma dos Açores

MUNICÍPIO	SIGLA	População 2011	Área (km <sup>2</sup> )	Hab/Km <sup>2</sup>	Freguesias	Área média das Freguesias - km <sup>2</sup>	Habitantes por Freguesia	Serviços Municipalizados	SECTOR EMPRESARIAL LOCAL (SEL) *
Vila do Porto	VPT	5.547	96,9	57,2	5	19,4	1.109		1
Ponta Delgada	PDL	68.748	233,0	295,1	24	9,7	2.865	1	6
Ribeira Grande	RGR	32.032	180,2	177,8	14	12,9	2.288		2
Lagoa	LAG	14.430	45,6	316,4	5	9,1	2.886		1
Vila Franca Campo	VFC	11.255	78,0	144,3	6	13,0	1.876		4
Povoação	POV	6.314	106,4	59,3	6	17,7	1.052		2
Nordeste	NRD	4.920	101,5	48,5	9	11,3	547		2
Angra do Heroísmo	AGH	34.976	239,0	146,3	19	12,6	1.841	1	1
Praia da Vitória	PVT	21.086	161,3	130,7	11	14,7	1.917		2
Stª Cruz da Graciosa	SCG	4.393	60,7	72,4	4	15,2	1.098		1
Calheta	CAL	3.617	126,3	28,6	5	25,3	723		0
Velas	VEL	5.381	117,4	45,8	6	19,6	897		1
S. Roque do Pico	SRP	3.394	142,4	23,8	5	28,5	679		1
Lajes do Pico	LPC	4.701	155,3	30,3	6	25,9	784		1
Madalena	MAD	6.049	147,1	41,1	6	24,5	1.008		1
Horta	HRT	15.038	173,1	86,9	13	13,3	1.157		2
Stª Cruz das Flores	SCF	2.288	70,9	32,3	4	17,7	572		1
Lajes das Flores	LFL	1.503	70,0	21,5	7	10,0	215		1
Corvo	CRV	430	17,1	25,1	0	0,0	0		
TOTAIS		246.102	2.322,2	106,0	155	15,0	1.588	2	30

\* Existem ainda duas empresas intermunicipais, uma dos municípios da Ilha Terceira e outra dos municípios da Ribeira Grande, Lagoa e Vila F. do Campo

Associações de Municípios	DESIGNAÇÃO	MUNICÍPIOS
AMRAA	Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores	Todos os municípios da Região
AMISM	Associação de Municípios da Ilha de S. Miguel	Municípios de S. Miguel, com excepção do Nordeste
AMIF	Associação de Municípios da Ilha das Flores	Municípios da Ilha das Flores
AMIP	Associação de Municípios da Ilha do Pico	Municípios da Ilha do Pico

## Freguesias por município

MUNICÍPIO	Freguesias Rurais	Freguesias Urbanas	Freguesias Mistas	Total de Freguesias
VPT	4	0	1	5
PDL	3	8	13	24
RGR	7	4	3	14
LAG	0	2	3	5
VFC	2	3	1	6
POV	4	0	2	6
NRD	8	0	1	9
AGH	10	7	2	19
PVT	4	1	6	11
SCG	3	0	1	4

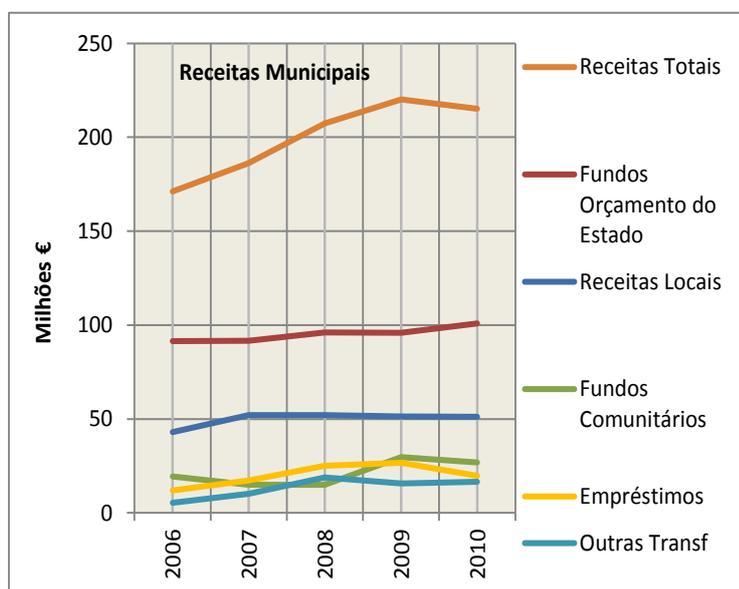
MUNICÍPIO	Freguesias Rurais	Freguesias Urbanas	Freguesias Mistas	Total de Freguesias
CAL	4	0	1	5
VEL	5	0	1	6
SRP	4	0	1	5
LPC	5	0	1	6
MAD	5	0	1	6
HRT	10	2	1	13
SCF	3	0	1	4
LFL	5	0	2	7
CRV	0	0	0	0
Total - RAA	86	27	42	155

## 2 - RECEITAS MUNICIPAIS

As receitas municipais atingiram 215,2 milhões de euros (m.e.) em 2010, verificando-se uma redução de 2,2%, em comparação com o ano anterior. A maioria das fontes de receita municipal sofreu uma redução. Apenas os fundos do orçamento do estado aumentaram 5%, tendo-se ainda verificado um crescimento muito elevado nas transferências dos fundos autónomos, caso do INH. Todavia, estas transferências representam apenas 4% das receitas totais, pelo que o impacto deste aumento de 84% é pouco significativo, no contexto global.

No que respeita às transferências dos fundos comunitários, e estes sim, com peso significativo nas receitas, verificou-se uma redução de 10%. Mesmo assim, o valor recebido em 2010 (27 m.e.) só foi ultrapassado em 2009, se considerarmos o período 2004 - 2010.

### 2.1 – Receitas Locais

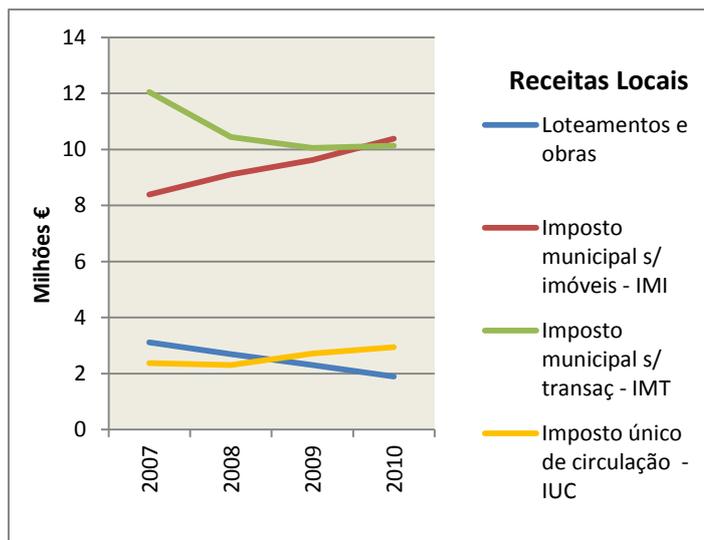


Por outro lado, as receitas locais pouco alteraram em termos globais, (redução de 0.5%). No entanto, o valor recebido em 2010 foi o mais baixo dos últimos 4 anos. Estas receitas resultam da cobrança de impostos e taxas locais, bem como da venda de bens e serviços, e representam cerca de 24% das receitas totais, mas se considerarmos apenas as receitas próprias, ou seja, Fundos OE e receitas locais, o seu

peso aumenta para 34%. No quadro seguinte, podemos observar que o comportamento dos impostos municipais (IMI, IUC e IMT) foi razoável, apesar de um aumento de apenas 0,8% no IMT, mas as receitas de loteamentos e obras baixaram 3%.

	euros					
	2006	2007	2008	2009	2010	09/10 %
<b>Receitas Locais</b>	<b>42.966.233</b>	<b>52.113.730</b>	<b>52.103.377</b>	<b>51.402.705</b>	<b>51.159.297</b>	
Imposto municipal s/ imóveis - IMI	7.054.804	8.393.433	9.108.022	9.618.111	10.386.964	8,0
Imposto único de circulação - IUC	2.271.755	2.378.625	2.304.062	2.711.580	2.942.450	8,5
Imposto municipal s/ transaç - IMT	7.994.310	12.047.266	10.442.226	10.051.154	10.131.291	0,8
Loteamentos e obras	1.592.084	3.118.929	2.694.979	1.948.158	1.890.346	-3,0
Ocupação da via pública	353.786	514.933	664.686	480.272	497.113	3,5
Saneamento (esgotos e lixos)	2.889.326	3.178.872	3.570.215	3.460.005	3.953.063	14,3
Juros, rendas e dividendos	2.607.616	2.037.773	1.934.649	1.431.517	2.303.880	60,9
Venda de bens	1.069.742	367.991	424.869	224.001	251.508	12,3
Fornecimento de água	7.303.691	6.673.300	6.586.028	6.569.309	6.740.290	2,6
Trabalhos para particulares	214.157	176.148	191.315	254.032	298.664	17,6
Outras receitas locais	9.614.962	13.226.459	14.182.325	14.654.566	11.763.728	-19,7

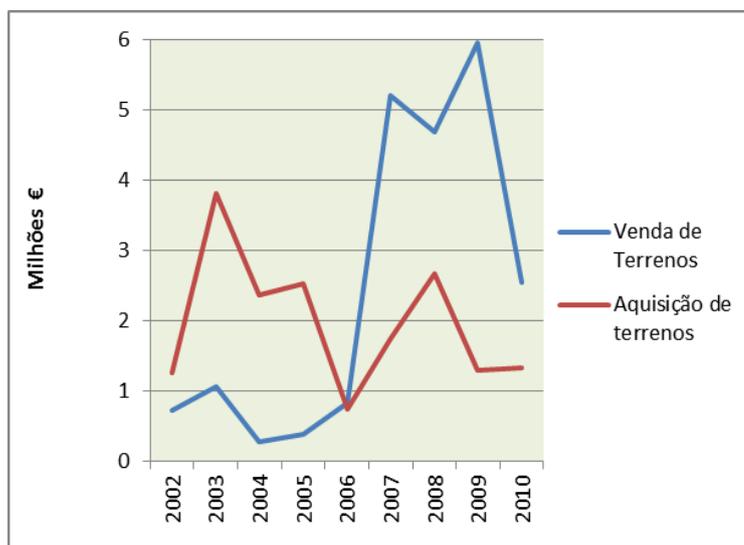
Repare-se na redução progressiva nas receitas de loteamentos e obras, desde 2007, bem como a relativa estagnação nas receitas do IMT. Estas duas receitas refletem o abrandamento da atividade económica, a qual não se faz sentir tanto no IMI, que incide sobre os prédios já existentes, tendo este aumentado 8%, comparativamente com o IMT, que apenas cresceu 0,8 % em 2010.



Por outro lado, é de salientar os aumentos muito significativos em rubricas como saneamento, juros e rendas e trabalhos para particulares. Com comportamento verdadeiramente negativo estão as receitas locais de carácter residual, as “outras receitas locais”, com uma redução de cerca de 20%. Dada a variedade destas receitas, optou-se por agrupá-las na rubrica “outras”. Nestas receitas, a rubrica com maior peso é a venda de bens de investimento – em 2009 os municípios realizaram cerca de 6,7 m.e. vendendo bens desta natureza, sendo 6 milhões resultantes da alienação de terrenos. Em 2010, a venda destes bens foi mais reduzida – 4 m.e., sendo 2,6 milhões relativos a terrenos.

A venda de terrenos e de outros bens de investimento constitui uma receita esporádica, pois não é normal os municípios venderem terrenos todos os anos, podendo dar indicações sobre as soluções encontradas para realizar receitas. Por isso, a redução de 20% nas “Outras receitas” é perfeitamente normal.

O gráfico ao lado compara a evolução da venda e da compra de terrenos desde 2002. No caso das vendas, há uma tendência de crescimento até 2009, muito acentuada em 2007, sofrendo uma quebra em 2010. Repare-se, também, que entre 2002 e 2006 os municípios, em termos globais, compraram mais do que venderam, situação inversa após 2006.



Poderá perguntar-se que efeito terá esta política no património municipal, na parte relativa ao Ativo. No Balanço total dos municípios, o valor dos terrenos e recursos naturais, uma das componentes do ativo imobilizado, era em 2010, de 85,4 m.e., comparado com 83,8 milhões em 2009 e 83,1 milhões em 2008. Portanto, mesmo com esta política de maiores vendas de terrenos nos últimos anos, o património em terrenos tem-se mantido em valores da ordem dos 80 a 85 m.e.

## 2.2 – Fundos do Orçamento do Estado

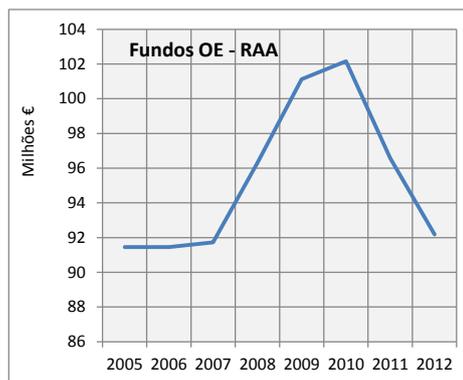
Os municípios receberam em 2010, como transferências do Orçamento do Estado (Fundos OE) a quantia global de 100.806.584 euros, sendo este valor superior em 5,1%, relativamente ao ano anterior. No entanto, este aumento foi condicionado pela situação anómala verificada em 2009 e 2010, numa das parcelas dos fundos recebidos do Orçamento do Estado - a participação no IRS cobrado no respetivo concelho. Nos termos da Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro) os municípios têm direito a receber até 5% do IRS cobrado na respetiva área, podendo abdicar, no todo ou em parte, desta receita. Mas como o IRS, tal como outros impostos cobrados na Região Autónoma dos Açores, é uma receita do orçamento regional, estamos perante uma verba que constitui, simultaneamente, receita destas duas entidades, RAA e municípios. Na prática, o que aconteceu foi que a Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro) não foi aplicada por completo. Assim, em 2009, os municípios receberam de IRS apenas os duodécimos de Janeiro e Fevereiro, e em 2010, receberam todos os meses, exceto Dezembro. Deste modo, em 2009, faltou transferir para os municípios, 4.979.234 euros e em 2010, 510.221 euros. Em situação normal, o aumento nesta receita teria sido apenas de 0.4%. Na verdade, se compararmos as verbas dos Fundos destinados aos municípios, previstas nos Orçamentos do Estado, o aumento na RAA é de 1%. A diferença entre o que está no OE e o que foi efetivamente recebido explica-se por um outro aspeto, que é o das deduções e retenções ao FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro), sendo este o maior dos 3 fundos recebidos do Orçamento do Estado (88%), representando os outros dois, o FSM (Fundo Social Municipal) e a participação no IRS, cerca de 6% cada.

Por um lado, existem as retenções, de carácter provisório, ao FEF corrente, que ocorrem nos meses em que se verificam atrasos no envio de informação (via internet) para a base de dados SIIAL, da Direção-Geral das Autarquias Locais. Estas verbas são posteriormente transferidas, logo que a situação é normalizada, podendo estas devoluções das verbas retidas serem processadas já no ano seguinte. Por outro lado, verificam-se deduções ao FEF corrente e de capital, e nestes casos não há devolução, quando os municípios não cumprem os limites de endividamento, ou para pagamento direto de dívidas a fornecedores, decididas pelos tribunais. A partir de 2010, os municípios passaram a ser alvo de outra dedução, destinada a financiar o Sistema Nacional de Saúde (SNS). Em 2010, foram deduzidos 1.763.857 euros aos

municípios, destinadas ao SNS. Esclareça-se que algumas destas deduções (dívidas a fornecedores e SNS) são registadas como receita pelos municípios, registando simultaneamente a despesa correspondente, mas o dinheiro não chega a ser transferido, indo diretamente para o destinatário.

Estas situações acabam por condicionar as análises efetuadas a esta importante receita dos municípios – os Fundos OE, que em 2010 representaram em média 47% das suas receitas.

Ao lado, podemos observar a evolução dos Fundos do Orçamento do Estado, destinados aos municípios dos Açores. Após 3 anos de crescimento entre 2008 e 2010, com taxas de crescimento de 5% em 2008 e 2009, a partir de 2011, regista-se uma quebra de 5,47% e em 2012, haverá nova redução, de 4,75%, de acordo com a LOE 2002.

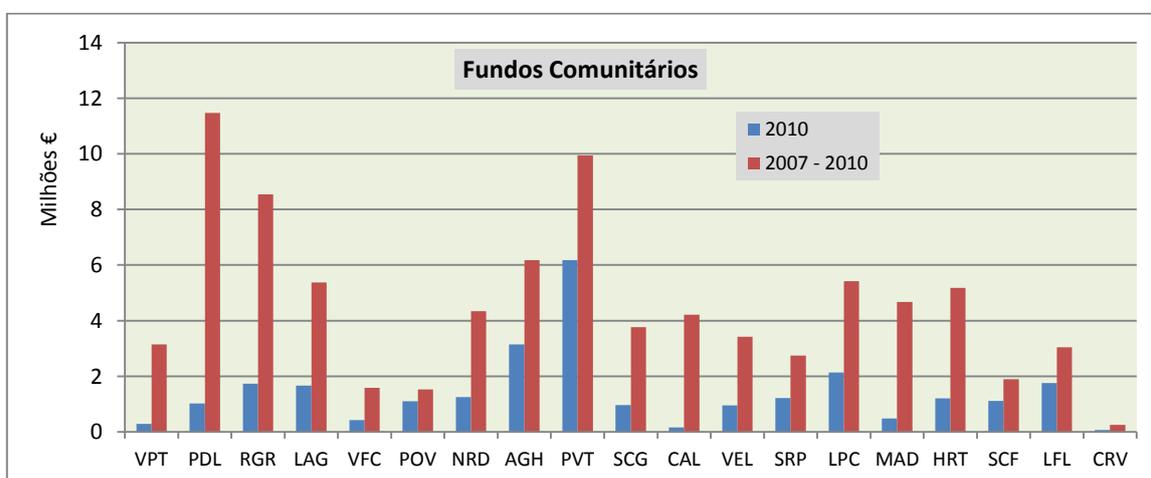


### 2.3 - Fundos Comunitários

Em 2010, os municípios receberam perto de 27 m.e. de fundos comunitários, na sua grande maioria destinados a financiar projetos de investimento. Registou-se, em termos globais, uma quebra de 10% nesta fonte de receita, que em 2010 financiou 26% do investimento municipal. De facto, já houve tempos melhores, no que diz respeito a estas transferências, pois em 2002 atingiram 51,5 e em 2003, 30,3 m.e.

O gráfico seguinte mostra-nos, para cada município, as transferências de fundos comunitários recebidas em 2010 e o total recebido nos últimos 4 anos.

Atendendo a que o ritmo de execução das obras não é o mesmo, a informação sobre as receitas de um só ano é insuficiente para estabelecer comparações entre os municípios, pelo que optou-se por considerar, também, o período 2007/2010.

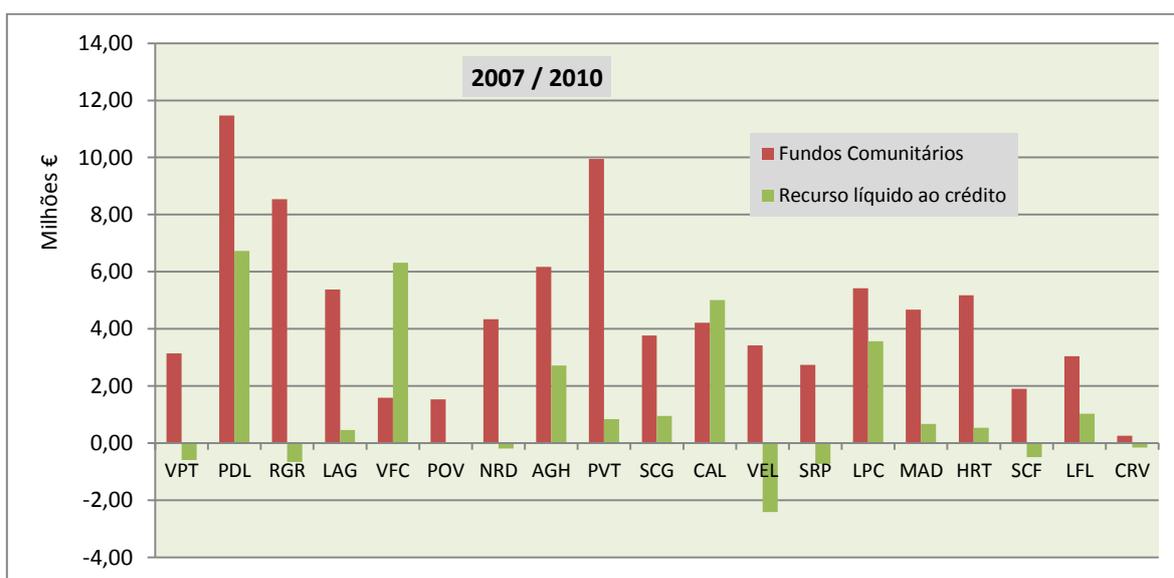


São de destacar os casos de Povoação e de Vila Franca do Campo, que receberam poucas verbas no período em análise, sendo largamente ultrapassados por municípios como Santa Cruz da Graciosa, Vila do Porto, Madalena e Lajes do Pico. Por outro lado, salienta-se o município da Praia da Vitória, que no quadriénio apenas foi ultrapassado por Ponta Delgada, em valores absolutos, e em 2010 foi mesmo o que mais recebeu dos fundos comunitários. Para os municípios de Povoação, Angra do Heroísmo, Praia da Vitória, Santa Cruz das Flores e Lajes das Flores, o montante recebido em 2010 representa mais de 50% do valor global do período 2007/2010.

Refira-se, no entanto, que o atual quadro comunitário teve início em 2007 e só termina em 2013, pelo que só nessa altura será possível analisar os níveis de execução dos municípios e fazer comparações entre eles.

Há que ter em conta que os municípios recebem da UE uma comparticipação que pode atingir os 85%, mas mesmo assim têm de assegurar os restantes 15% e para isso são obrigados a recorrer ao crédito e aqui, os municípios que já se encontram muito endividados ficam impossibilitados de aceder àquelas comparticipações. Encontram-se nesta situação municípios como Vila Franca do Campo, Povoação e Calheta.

O gráfico seguinte faz uma comparação, para o quadriénio 2007/2010, do valor total recebido de fundos da UE, com o total de recurso líquido ao crédito, ou seja, a diferença entre a dívida bancária entre o início de 2007 e o final de 2010. Desta forma, podemos ver que alguns municípios conseguiram no mesmo período obter financiamento comunitário e reduzir as suas dívidas bancárias, com destaque para (Vila do Porto, Ribeira Grande, Velas e S. Roque do Pico. Depois, aparecem alguns, com destaque para a Praia da Vitória, que aumentaram apenas ligeiramente a sua dívida bancária, mas com grande aproveitamento dos Fundos UE.



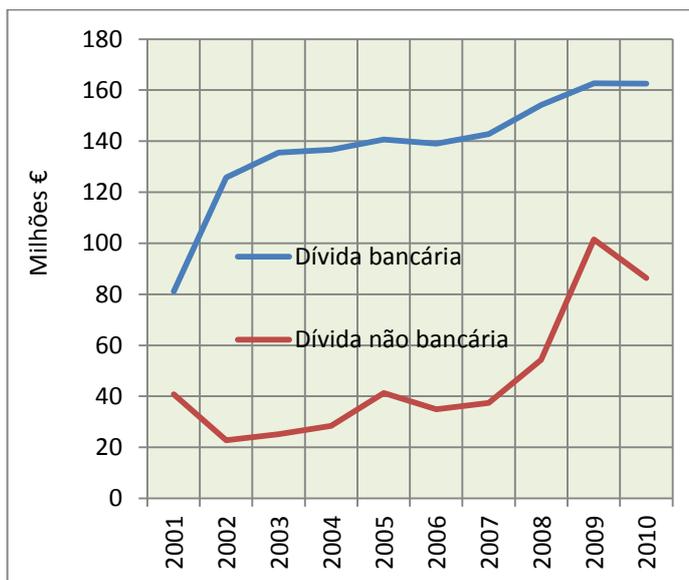
## 2.4 - Empréstimos e endividamento

Esta é sem dúvida uma das áreas mais sensíveis no campo das finanças locais. Os municípios têm sido alvo de um controlo cada vez mais apertado nesta área, pelo que interessa analisar como tem evoluído o seu endividamento, não apenas bancário, mas total, incluindo por isso as dívidas não bancárias.

Os empréstimos contraídos representaram, em termos globais, 9,2 % das receitas totais. Os municípios contraíram 19.8 m.e. de empréstimos em 2010, mais 26% do que no ano anterior, mas amortizaram 20,5 milhões, pelo que, em termos globais, a dívida bancária baixou ligeiramente. Em termos individuais, apenas em 4 municípios a dívida bancária aumentou. Contudo, o endividamento a outras entidades, com destaque para as empresas, sobretudo empreiteiros, assume um papel relevante. De facto, alguns municípios, perante as restrições ao crédito bancário, que os impossibilita de recorrer a esta fonte de financiamento, não conseguem evitar o aumento da dívida aos fornecedores, sem porem em causa os investimentos em curso, ou previstos, de modo a aproveitarem os fundos comunitários.

Interessa, pois, ter também em atenção o endividamento não bancário, bem como o endividamento das entidades do sector empresarial local (SEL), que adiante abordaremos.

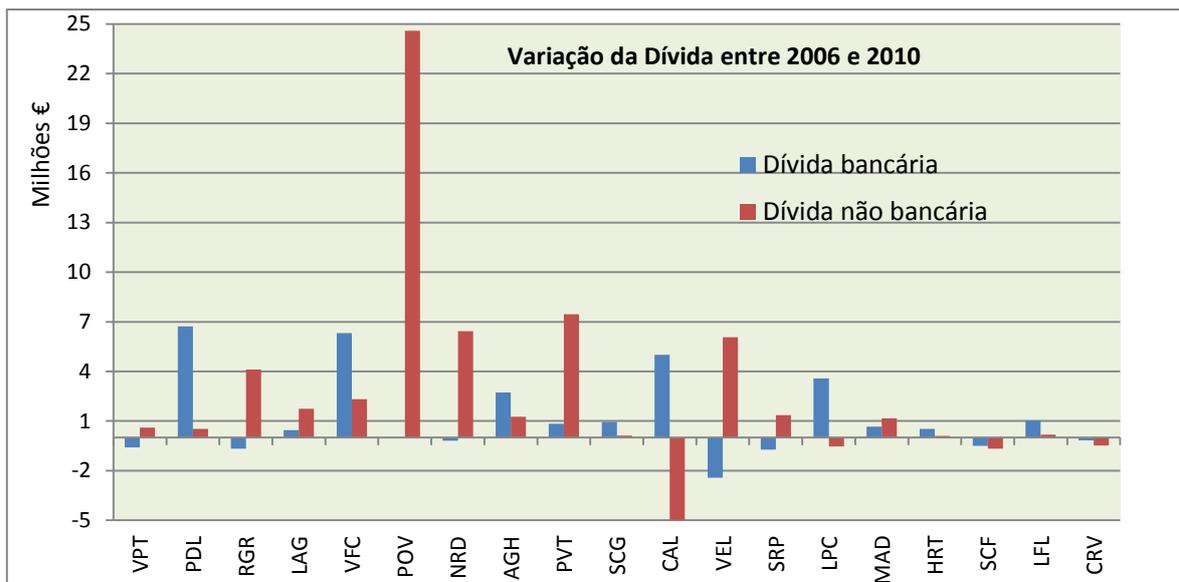
O gráfico ao lado mostra-nos a evolução da dívida a bancos e a outras entidades nos últimos 10 anos. Entre 2007 e 2009, há um crescimento nas duas dívidas mas mais acentuado na dívida não bancária. De facto, entre Dezembro de 2006 e Dezembro de 2009 a dívida bancária aumentou 17%, mas a dívida a outras entidades sofreu um aumento de 47%, resultado das restrições legais no recurso ao crédito bancário. Em 2010, a situação melhora, pois a dívida bancária



permanece quase igual, mas a dívida a outras entidades baixa 15%.

A dívida municipal total atingiu o seu valor mais alto em 2009 (264 m.e.), baixando em 2010 para 249 milhões.

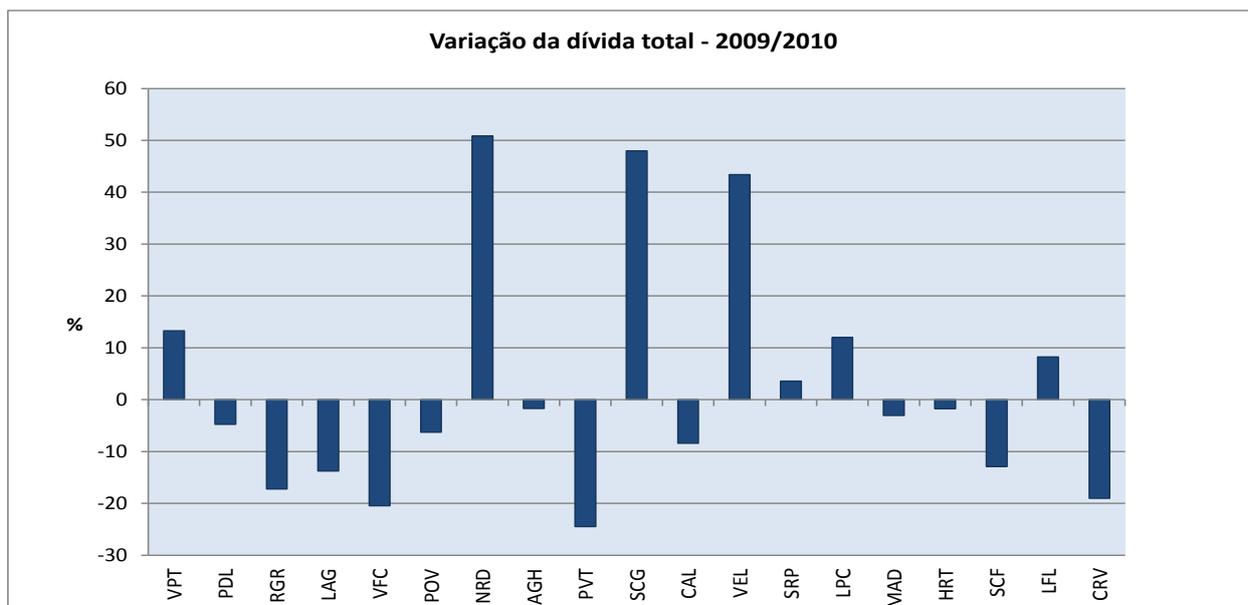
A situação varia, naturalmente, de município para município, como mostra o gráfico seguinte, que mostra, não o valor da dívida, mas a sua variação, entre Dezembro de 2006 e Dezembro de 2010. Assim, os valores baixos ou quase nulos, apenas indicam que não houve alteração no montante da dívida.



Há casos, como o da Calheta, em que o aumento da dívida bancária é compensado pela redução semelhante na dívida a outras entidades, resultante de planos de saneamento financeiro. Nos municípios da Povoação e do Nordeste a dívida bancária quase não se altera, mas em contrapartida, a dívida não bancária aumenta significativamente.

Por outro lado, em Santa Cruz das Flores e Corvo, houve uma redução nos dois tipos de dívida.

Voltando ao ano de 2010, podemos ver como evoluiu nesse ano a dívida total (bancos e outras) entre o início e o final do ano.



Vejamos com detalhe os casos mais “preocupantes”:

Vila do Porto – Não contraiu empréstimos novos e a sua dívida bancária baixou 15%, mas a dívida a outras entidades aumentou 162%, o que resulta num aumento da dívida total de 13%.

Nordeste - Contraindo novos empréstimos no valor de 511 mil euros, mas a sua dívida bancária baixou 5%. O problema foi o aumento da sua dívida não bancária em 5,5 m.e. (270%). São 7,5 m.e. de dívidas a fornecedores, quase tanto como a dívida a bancos, que é de 7,7 milhões.

Santa Cruz da Graciosa

Contraíu 800.000 euros de novos empréstimos, tendo a sua dívida bancária aumentado 40%. Para além disso, a dívida às empresas passou de 53 para 253 mil euros, um aumento de 282%. No final de 2010, a dívida total deste município era de 2,5 m.e., mesmo assim bastante inferior aos 10 milhões apresentados por Calheta e Velas, pois tinha poucas dívidas antes.

Lajes do Pico

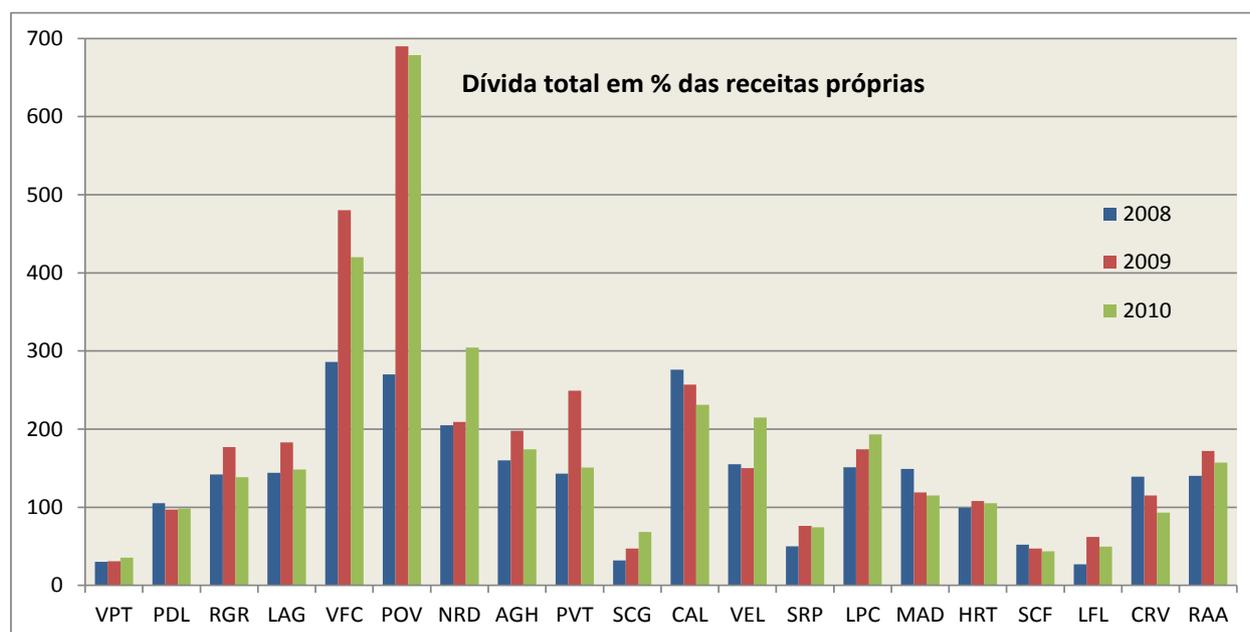
A dívida total deste município aumentou cerca de 12%. Foi contraído um empréstimo de saneamento financeiro para pagar dívidas a fornecedores, tendo a dívida bancária aumentado 5,1 m.e., mas em contrapartida a dívida às empresas baixou 4,1 milhões.

Velas

A sua dívida total aumentou 43%, essencialmente devido a um aumento de 121% na sua dívida não bancária, que passou de 3,3 para 7,2 m.e. A dívida total deste município equivale a 215% das suas receitas próprias, comparada com 68% na Graciosa.

2.5 - Nível de endividamento

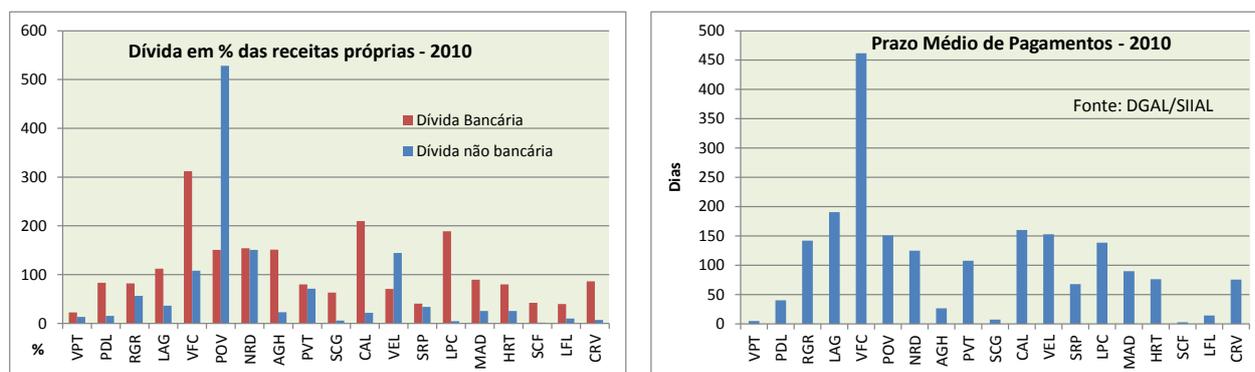
Um critério usado para avaliar o endividamento é o peso da dívida total relativamente às receitas próprias (receitas locais + fundos OE), uma vez que são as únicas receitas certas. O gráfico seguinte mostra esse indicador nos últimos 3 anos.



## 2.6 - Prazo médio de pagamento

De acordo com informação disponibilizada no SIIAL (Sistema Integrado de Informação da Administração Local), aplicação informática da Direcção-Geral das Autarquias Locais, na qual os municípios inserem, via internet, diversos elementos de ordem financeira e outra, o prazo médio de pagamentos a fornecedores, em 2010, variou entre 3 dias em Santa Cruz das Flores e 462 dias em Vila Franca do Campo. Com prazos muito reduzidos, temos ainda Vila do Porto (5 dias) e Santa Cruz da Graciosa (7 dias). Os dois maiores municípios apresentam prazos relativamente baixos – 40 dias Ponta Delgada e 27 dias Angra do Heroísmo.

Apresentam-se a seguir dois gráficos: um com o prazo médio de pagamento e outro com o peso percentual da dívida bancária e não bancária, relativamente às receitas próprias. Considera-se que é preferível utilizar este rácio em vez da dívida expressa em euros, pois uma dívida de 1 milhão de euros em Ponta Delgada tem um significado completamente diferente da mesma dívida nas Flores ou no Corvo.

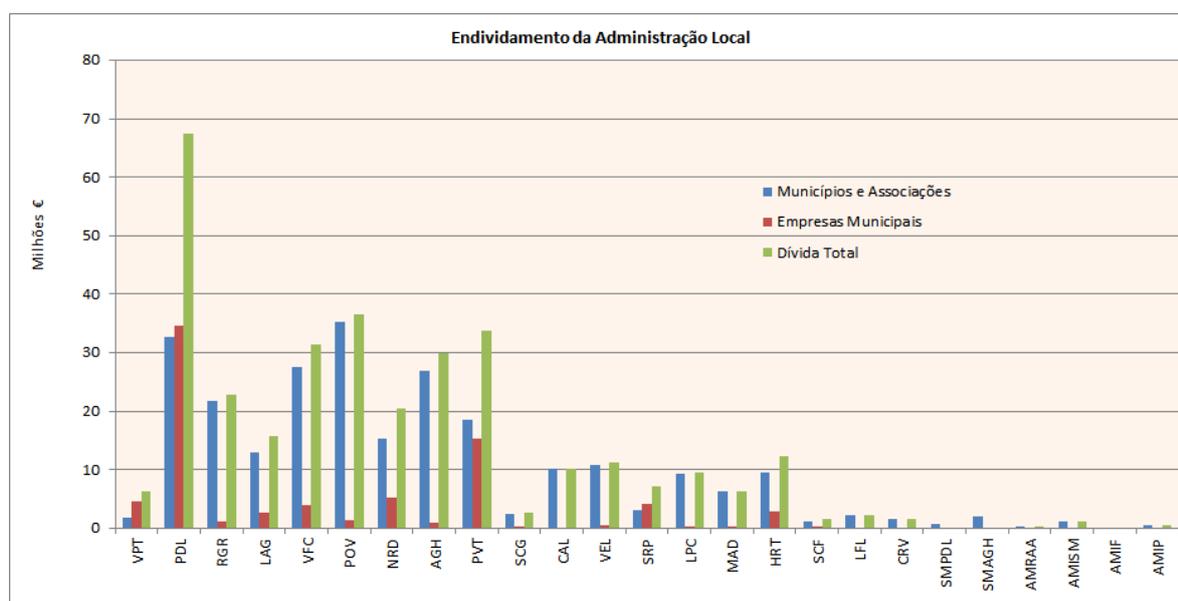


O prazo médio de pagamentos refere-se às dívidas não bancárias, já que as outras vencem em datas específicas, normalmente a cada 6 meses. Todavia, nos municípios em que a dívida bancária assume grandes proporções, essa situação pode ser uma condicionante no que respeita ao prazo de pagamento das dívidas a fornecedores.

Em alguns municípios o padrão é semelhante, ou seja, quanto maior a dívida maior o prazo, mas noutros nem por isso. Por exemplo, Vila Franca do Campo tem um prazo de pagamento claramente superior aos restantes, mas a sua dívida a fornecedores não é a maior, sendo ultrapassada por 3 municípios. No entanto, a dívida bancária deste município ultrapassa os 300% das suas receitas próprias. A Lagoa, sendo o segundo município com maior prazo de pagamento (191 dias), tem uma dívida não bancária baixa e mesmo a sua dívida a bancos não é das maiores, sendo ultrapassada por 6 municípios, pelo que neste caso não existe uma correspondência direta entre a demora de pagamento e a dimensão da dívida, o mesmo se passando com a Ribeira Grande. No caso da Povoação, a dívida não bancária ultrapassa os 500% das receitas próprias, não sendo de admirar que apresente uma demora de 151 dias.

## 2.7 – O endividamento das empresas municipais e das associações de municípios

A análise do endividamento da administração local ficará mais completa se considerarmos o sector empresarial local, bem como os serviços municipalizados e as associações de municípios. Se adicionarmos o endividamento destas outras entidades, chegamos à conclusão de que a dívida global do sector local era, no final de 2010, de 330 m.e., dos quais 76% referentes aos municípios e 24% relativos ao sector empresarial local. Em certos casos (Ponta Delgada, Vila do Porto e S. Roque do Pico) a dívida das empresas é superior à do município. O gráfico seguinte mostra a dívida de cada município e das respetivas empresas municipais, bem como das associações de municípios e dos serviços municipalizados.



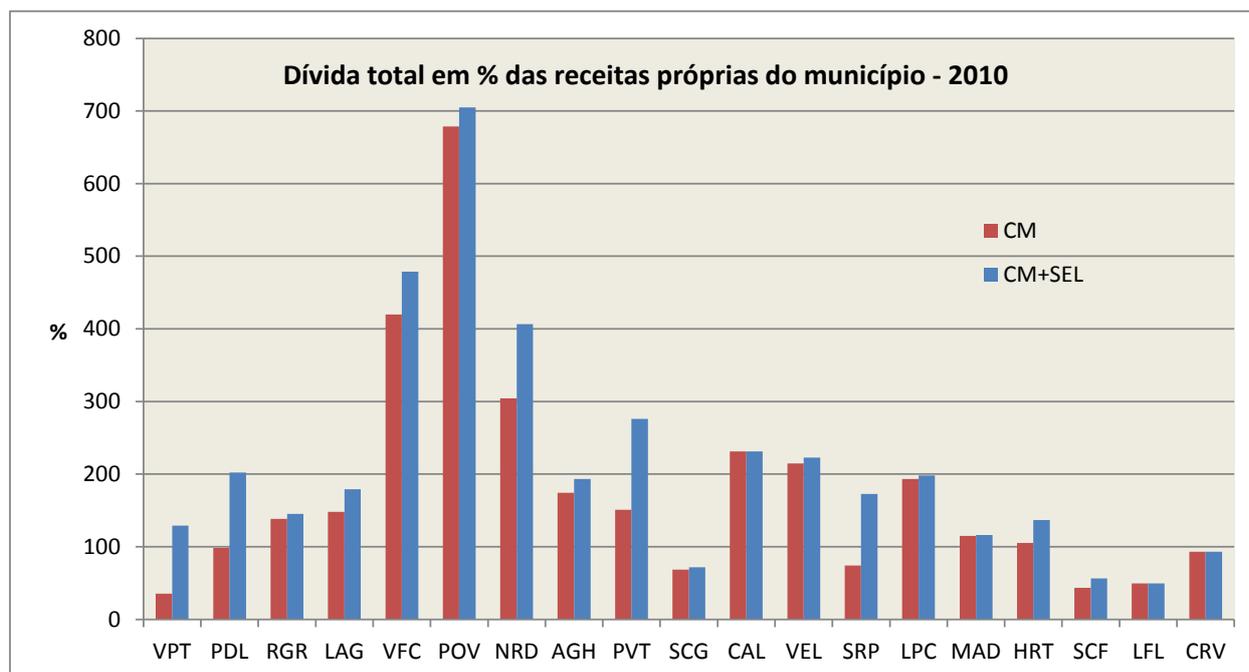
Apenas nos municípios de Ponta Delgada e Praia da Vitória se poderá dizer que a dívida das empresas contribui de forma verdadeiramente negativa no cômputo da dívida total. Nos casos de Vila do Porto e S. Roque do Pico a dívida das empresas é superior à do próprio município, mas a dívida global destes municípios não é significativa. Existem ainda aqueles municípios em que a dívida das empresas é reduzida, ou nula, mas a do próprio município é relativamente elevada, nomeadamente os municípios de Calheta, Velas, Lajes do Pico e Horta.

Quanto às associações de municípios, a sua dívida total era de 1,8 m.e., sendo elas a AMRAA (Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores) a AMISM (AM da Ilha de S. Miguel), a AMIF (AM da Ilha das Flores) e a AMIP (AM da Ilha do Pico).

Finalmente, e para terminar o tema do endividamento, apresenta-se um gráfico que mostra a dívida total de cada município, incluindo empresas municipais, em percentagem das receitas próprias do município. Se é verdade que a dívida das empresas é paga por estas e não pelo município, não podemos esquecer que a maioria das empresas municipais recebe verbas do

município, quer como subsídios à exploração, quer como transferências de capital, destinadas a investimentos ou a amortização de empréstimos contraídos para a realização de investimentos de âmbito municipal. Em 2010, as EM receberam 13 m.e. dos municípios, ou seja, 6% da despesa municipal.

Por isso, pode concluir-se que os empréstimos das empresas municipais, na prática, são pagos na sua maior parte pelo município, já que as receitas de exploração das empresas são insuficientes para amortizar os referidos empréstimos.



Os municípios de Vila Franca do Campo, Povoação e Nordeste apresentam os valores mais elevados. Contudo, o peso da dívida do SEL não é significativo nestes municípios, se bem que no Nordeste acrescente 25% à dívida do município, ao contrário de Vila do Porto, Ponta Delgada, Praia da Vitória e S. Roque do Pico, onde a contribuição do endividamento das entidades do SEL para o endividamento global do município é muito significativa. Nos municípios de Ribeira Grande, Calheta, Velas, Lajes do Pico e Corvo o peso do sector empresarial local no total do endividamento é pouco significativo.

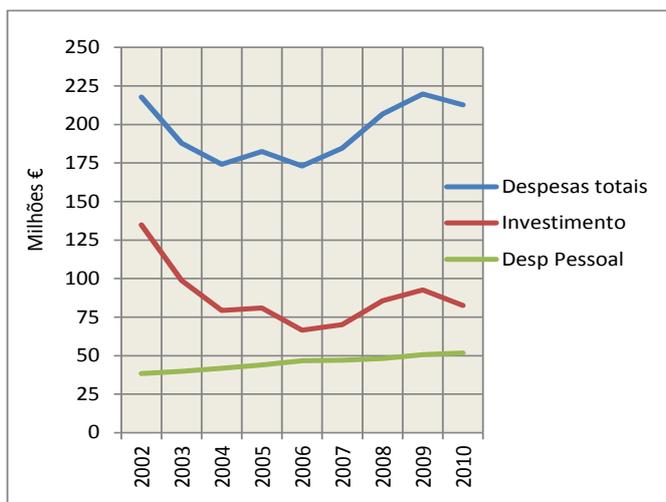
### 3 - DESPESAS MUNICIPAIS

#### 3.1 – Evolução das principais rubricas da despesa

As despesas totais dos municípios situaram-se, em 2010, ligeiramente abaixo das receitas, mais concretamente nos 212,8 m.e., situação que originou um aumento no saldo final da gerência, tendo este passado de 6,6 para 9 m.e.

Em termos de equilíbrio orçamental corrente, e em termos globais, as receitas correntes (112 m.e.) superaram as despesas correntes (101 m.e.), o que não significa, necessariamente que todos os municípios tenham observado esta regra orçamental e de facto 2 municípios não a cumpriram – Calheta e Lajes do Pico.

As despesas globais sofreram em 2010 uma quebra de 3,2%, após um período de crescimento nos 4 anos anteriores. A despesa baixou em 11 municípios, e em alguns casos de forma significativa, mas isso porque no ano anterior realizaram despesas mais elevadas. Noutros casos, como resultado de receitas de transferências ou de empréstimos, houve aumentos mais acentuados.

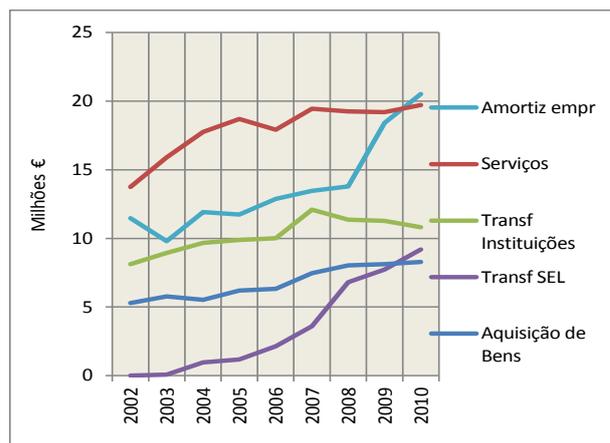


O investimento apresenta um comportamento semelhante ao da despesa total, tendo todavia sofrido uma quebra de 10,8% em 2010, comparada com a redução de 3,2% na despesa total. Convém, no entanto, lembrar que o saldo final de 2010 foi de 9 milhões de euros e que se este dinheiro tivesse sido gasto em investimento, teríamos na verdade um valor de investimento apenas ligeiramente inferior ao do ano anterior, pois em termos absolutos baixou 10 m.e.

Quanto às despesas de pessoal, aumentaram 2,1%, tendo vindo a crescer desde 2002, mas a um ritmo ligeiro, sendo o valor de 2010 superior em 34% ao de 2002. O quadro ao lado mostra por município o total de funcionários, bem como as despesas totais de pessoal e por funcionário, em 2010. Com menor despesa por funcionário, temos Corvo e Calheta.

	Despesas de Pessoal por funcionário		euros	
	total efectivos - 2010	Despesas de pessoal	Despesa/funcionário	
VPT	90	1.889.190	20.991	
PDL	640	11.686.941	18.261	
RGR	254	4.863.291	19.147	
LAG	127	2.641.647	20.800	
VFC	113	2.520.435	22.305	
POV	112	2.290.899	20.454	
NRD	89	1.818.260	20.430	
AGH	244	4.310.999	17.668	
PVT	184	3.676.068	19.979	
SCG	67	1.317.601	19.666	
CAL	116	1.854.045	15.983	
VEL	92	1.798.025	19.544	
SRP	55	1.025.053	18.637	
LPC	79	1.781.572	22.552	
MAD	91	1.972.388	21.675	
HRT	192	3.510.727	18.285	
SCF	65	1.056.277	16.250	
LFL	45	1.030.038	22.890	
CRV	40	628.278	15.707	
Total	2.695	51.671.736	19.173	

As despesas com bens e serviços, por outro lado, registaram aumentos na casa dos 2 a 3%, tendo os municípios despendido em aquisição de serviços 2,4 vezes mais do que gastaram na aquisição de bens de natureza corrente. Todavia, o que merece especial destaque é o crescimento progressivo dos subsídios para o Sector Empresarial Local.



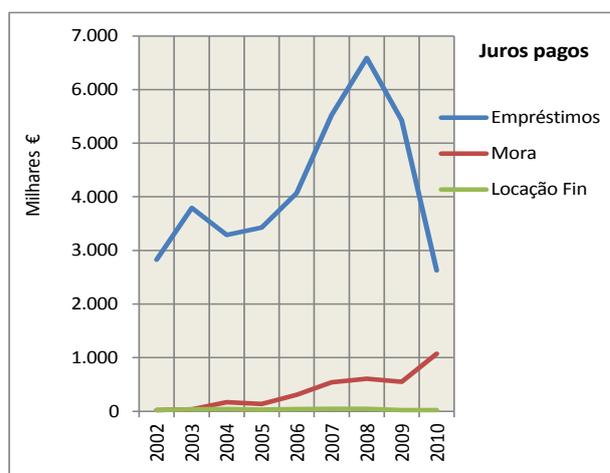
O crescimento destes subsídios à exploração nos últimos anos tem a ver com a progressiva criação de empresas municipais a partir de 2002. Em 2010, existiam 30 entidades do SEL, que nesse ano receberam ao todo cerca de 9 m.e. dos respetivos municípios, em subsídios à exploração, mais 19% do que em 2009. Isto sem falar de 4 m.e. em investimento delegado pelos municípios, incluídos na rubrica de investimento.

As necessidades de financiamento do SEL obrigam a fazer cortes noutras despesas, nomeadamente no apoio a instituições não lucrativas – as transferências para estas entidades baixaram 4,1% em 2010.

#### Amortizações e juros

As amortizações de empréstimos somaram em 2010, 20,5 milhões de euros, mas na prática nem todo este valor resultou numa diminuição de dívida, uma vez que em alguns casos os municípios contraíram novos empréstimos para amortizar outros mais antigos, no âmbito de operações de saneamento financeiro. Na realidade, a dívida bancária ficou praticamente igual em 2010, uma vez que foram contraídos novos empréstimos no valor de 19,8 milhões de euros.

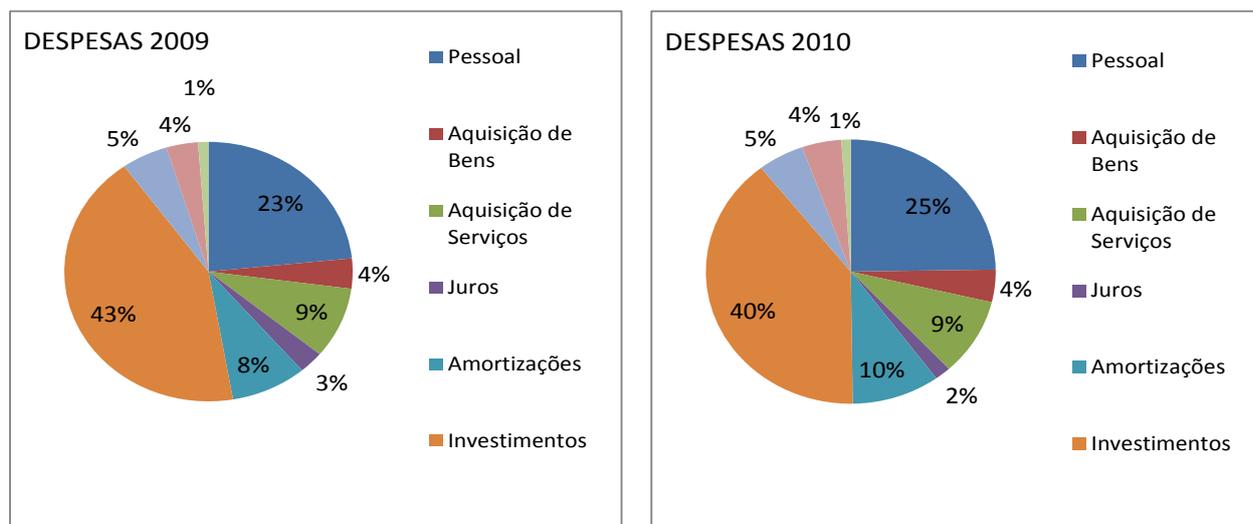
Relativamente aos encargos financeiros verifica-se uma descida acentuada nos juros de empréstimos (redução de 52% em 2010), acompanhada, todavia, por um crescimento progressivo nos juros de mora pagos às empresas, os quais, em 2010, cresceram 96%. Refira-se que a dívida às empresas passou de 56 para 44 m.e., o que levaria a prever uma redução nos juros pagos a estas entidades, o que na realidade não aconteceu.



Esta situação explica-se, em parte, pela entrada em vigor da Lei n.º 3/2010, de 27 de Abril, que estabelece a obrigatoriedade de pagamento de juros de mora pelo Estado, pelo atraso no

cumprimento de qualquer obrigação pecuniária. Com esta lei, os municípios e outros organismos da administração pública são obrigados a pagar automaticamente juros de mora, mesmo que o credor não o solicite. No entanto, apenas 9 municípios pagaram juros de mora. Ainda sobre os juros de empréstimos, salienta-se que o seu peso, relativamente à dívida bancária era de 4,3% em 2008, 3,3% em 2009 e 1,6% em 2010, valor mais baixo desde 2002. Por outro lado, os juros de contratos de leasing foram apenas de 20 mil euros em 2010.

### 3.2 - Estrutura da Despesa – 2009 / 2010



A leitura dos gráficos acima, relativos à estrutura das despesas nos últimos dois anos, mostra, por um lado, uma descida no peso percentual dos investimentos, de 43% para 40%, bem como um aumento do peso relativo das despesas de pessoal, de 23% para 25%. As amortizações de empréstimos ocupam agora 10% da despesa.

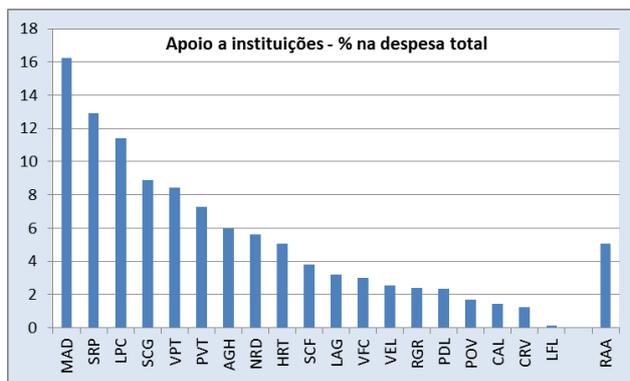
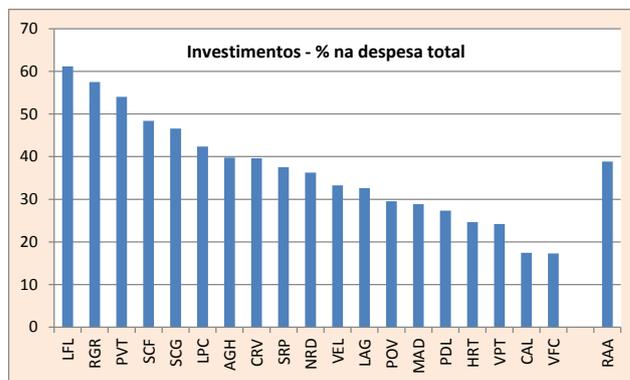
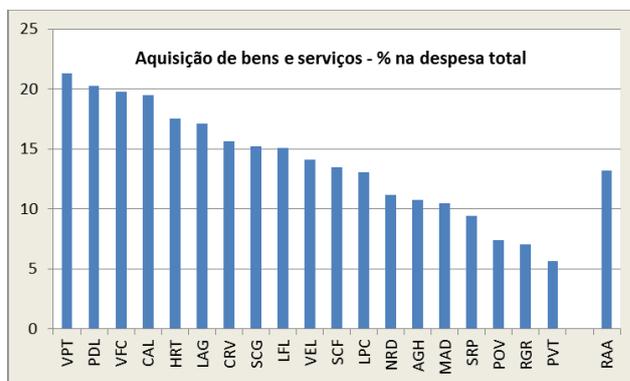
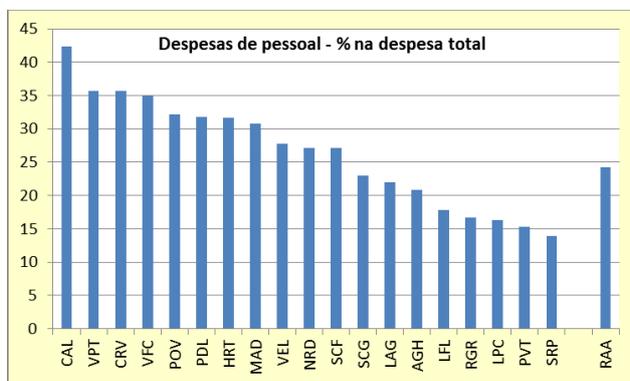
Nas despesas de pessoal, as remunerações certas e permanentes representam de 75,4% do total, seguindo-se a segurança social com 20,3% e os abonos variáveis com 4,3%. Alguns municípios afastam-se destes valores médios. Por exemplo, as remunerações certas e permanentes representam 67% em Lajes do Pico, que no entanto gasta 29% das suas despesas de pessoal em segurança social. Lajes das Flores (83,5%) e S. Roque do Pico (80,2%) são os municípios com maior peso de encargos de remunerações, no total de despesas de pessoal. Quanto à segurança social, o seu peso varia entre 16% em Lajes das Flores e 29% em Lajes do Pico.

Nas despesas com aquisição de bens, o seu peso percentual em termos globais é de 4%, registando, todavia, valores de 1,3% na Praia da Vitória e 1,6% na Madalena, bem como, 10,8% em Vila do Porto e 9,7% em Lajes das Flores.

As aquisições de serviços representam em média 9,3% das despesas. Neste caso, o município com maior peso relativo destas despesas é o de Ponta Delgada (15,1%) seguido de Vila

Franca do Campo (13,9%) e Horta (13,8%). Com valores percentuais mais baixos, surgem Praia da Vitória (4,3%) e Ribeira Grande (5%). Angra do Heroísmo regista 8,6%.

Apresenta-se a seguir um conjunto de gráficos que mostram o peso percentual das principais rubricas da despesa em cada município em 2010. Os gráficos estão elaborados por ordem decrescente, permitindo identificar mais facilmente os municípios que gastam relativamente mais em cada tipo de despesa, nomeadamente pessoal, investimento, etc. A situação refere-se ao ano de 2010, não se devendo concluir que noutros anos seja idêntica. De facto, algumas despesas variam substancialmente de ano para ano. É o caso das transferências para outras entidades, dependendo de investimentos delegados, do investimento realizado pela própria autarquia, que varia consoante esta recebe participações ou recorre ao crédito, etc. Repare-se que os municípios com maiores valores em pessoal são os que têm menores valores no investimento.

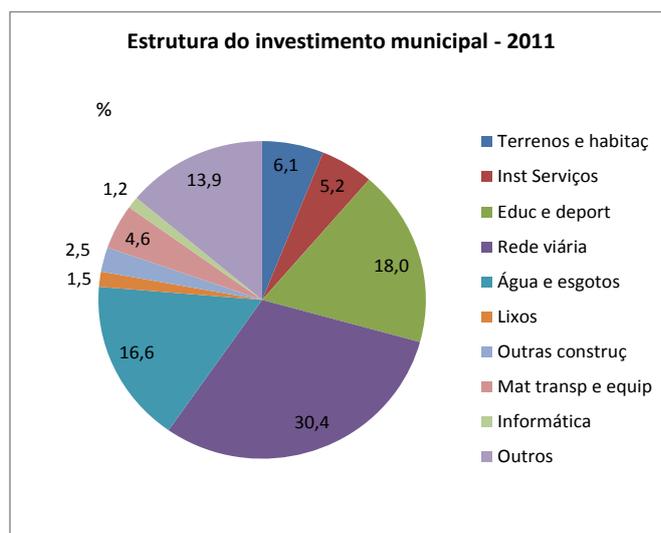


### 3.3 - Investimento Municipal

Como já atrás foi referido, as despesas de investimento sofreram uma quebra de 10,8%, ou seja, muito superior à descida verificada nas despesas totais, que foi de 3,2%. Em 2010, os municípios efetuaram despesas de investimento no valor total de 83 m.e., dos quais, 5% delegado nas freguesias. Por outro lado, a dívida a fornecedores de imobilizado baixou 13 m.e. em 2010, estando esta verba incluída nos 83 milhões gastos em investimento, pelo que esta verba de 13 m.e. corresponde na prática a obras feitas em 2009 ou antes. Naturalmente que outras obras foram feitas em 2010 que não foram pagas nesse ano. Na verdade, a realização das obras e o seu pagamento não coincide exatamente no tempo, sendo normal algumas obras serem pagas no ano seguinte. A análise da execução patrimonial dá-nos outra perspetiva sobre este assunto, como veremos adiante.

Entretanto, os serviços municipalizados e as associações de municípios realizaram investimentos no valor de 8,5 m.e., dos quais, 3 milhões com verbas recebidas dos municípios, e por sua vez, as freguesias realizaram 5 m.e., dos quais 3 milhões por delegação dos municípios e 2 milhões com verbas recebidas do Governo Regional. Sendo assim, o investimento total da administração local (municípios, associações e freguesias) foi de 90 m.e.

A rede viária constitui a área prioritária do investimento municipal, ocupando 30,4% do total, situação que se tem verificado nos últimos anos. Só Vila Franca do Campo não realizou investimentos nesta área e os municípios de Nordeste, Calheta, Velas, Lajes do Pico e Santa Cruz das Flores dedicaram-lhe mais de 50% dos seus recursos gastos em investimento público. O sector de educação e desporto representa 18%.



### 3.4 - Serviços Municipalizados e Associações de Municípios

Os serviços municipalizados realizaram investimentos de 4,9 m.e. (Ponta Delgada) e 2,8 m.e. (Angra do Heroísmo). Os SMPD tiveram em 2010, 97% de receitas próprias e os SMAH, 73%. Os SMAH gastaram mais em bens e serviços do que os SMPD. Parte das despesas dos SMPD foi coberta pelo saldo do ano anterior.

	SMPD	%	SMAH	%
Receitas Locais	8.911.847	96,9	6.275.362	73,3
Transf CM		0,0	2.283.177	26,7
Transf Outras	288.144	3,1		0,0
<b>Receitas Totais</b>	<b>9.199.991</b>	<b>100,0</b>	<b>8.558.539</b>	<b>100,0</b>
Pessoal	4.009.291	37,2	3.296.155	38,4
Bens	611.569	5,7	1.082.414	12,6
Serviços	848.924	7,9	1.317.880	15,4
Serviço da Dívida	178.782	1,7	0	0,0
Investimentos	4.920.821	45,6	2.834.986	33,0
Outras Despesas	217.738	2,0	50.792	0,6
<b>Despesas Totais</b>	<b>10.787.125</b>	<b>100,0</b>	<b>8.582.227</b>	<b>100,0</b>

Associações de Municípios

O investimento realizado pelas associações de municípios em 2010 foi de 788 mil euros, e foi efetuado apenas pela AMISM e pela AMIP.

A AMRAA não realizou investimentos em 2010, e no triénio anterior efetuou apenas 41 mil euros de investimento. Já a AMISM, é uma associação mais vocacionada para o investimento, sobretudo na área da recolha e tratamento de lixos, com um investimento de 554 mil euros em 2010 e um valor global de 10,3 m.e. no período 2003/2010. Assinale-se o valor de despesa com aquisição de serviços na AMISM – 2,7 m.e., cerca de 76% da despesa total. É que a atividade de recolha, transporte e tratamento dos resíduos é efetuada por empresas a quem a AMISM paga a prestação destes serviços.

Apresenta-se abaixo um resumo das receitas e despesas das associações de municípios:

	AMRAA	%	AMISM		AMIF		AMIP	
Receitas Locais	1.767.540	97,5	3.370.957	83,7	218.128	52,7	280.490	53,1
Transf CM		0,0		0,0		0,0		0,0
Transf Outras	46.149	2,5	655.080	16,3	195.476	47,3	190.661	36,1
Empréstimos		0,0		0,0		0,0	57.270	10,8
<b>Receitas Totais</b>	<b>1.813.689</b>	<b>100,0</b>	<b>4.026.037</b>	<b>100,0</b>	<b>413.604</b>	<b>100,0</b>	<b>528.422</b>	<b>100,0</b>
Pessoal	178.095	9,2	184.184	5,1	124.682	34,6	47.268	10,3
Bens	101.182	5,2	6.447	0,2	21.663	6,0	52.231	11,4
Serviços	444.541	23,0	2.732.419	76,3	210.393	58,4	111.852	24,4
Serviço da Dívida		0,0	98.653	2,8		0,0	11.951	2,6
Investimentos		0,0	554.029	15,5		0,0	233.586	50,9
Outras Despesas	1.207.121	62,5	4.418	0,1	3.464	1,0	2.217	0,5
<b>Despesas Totais</b>	<b>1.930.940</b>	<b>100,0</b>	<b>3.580.150</b>	<b>100,0</b>	<b>360.202</b>	<b>100,0</b>	<b>459.106</b>	<b>100,0</b>

3.5 - O investimento em cada município

O investimento realizado anualmente por cada município depende de uma série de fatores. Depende, por um lado, dos financiamentos obtidos, de carácter regular (FEF de capital) e de carácter extraordinário (empréstimos e participações do Estado e da União Europeia) e por outro lado, depende de compromissos anteriormente assumidos, nomeadamente, encargos a satisfazer com amortização de empréstimos contraídos em anos anteriores e com dívidas a outras entidades, nomeadamente a fornecedores de imobilizado, relativas a obras já realizadas. Além disso, alguns municípios conseguem libertar uma parte das suas receitas correntes, depois de satisfeitos os encargos desta natureza (pessoal, bens, serviços, juros, etc.), aplicando esse saldo em investimentos.

As despesas de investimento tanto podem referir-se a obras efetuadas no próprio ano, como a faturas em dívida do ano anterior.

O quadro seguinte procura mostrar, de forma resumida, como geriu cada município as condicionantes atrás referidas e o resultado em termos de investimento realizado.

As primeiras 5 colunas mostram as receitas de capital de cada município, somadas na coluna 6. A coluna 7 mostra o que eles gastaram em amortização de empréstimos. A coluna 8 indica as dívidas a fornecedores de imobilizado (empreiteiros, fornecedores de maquinaria e equipamento, etc.), transitadas do ano anterior. A coluna 9 mostra que saldo ficaria disponível, se tivessem pago todas as dívidas transitadas de 2009. A coluna 10 mostra as despesas de investimento realizadas em 2010. Por fim, a coluna 11 mostra-nos as dívidas no final de 2010.

CM	Transf OE FEF de Capital 1	Outras Transf de Capital 2	Empréstimos contraídos em 2010 3	Outras receitas de capital 4	Saldo do orçamento corrente 5	6 = (1+2+3+4+5)	Total disponível 7	Amortizações de empréstimos em 2010 7	Dívidas a fornec imobilizado 31-12-2009 8	Saldo disponível p/ novos invest 9 = (6-7-8)	Investimento efectivamente realizado 10	Dívidas a fornec imobilizado 31-12-2010 11
VPT	1.482.869	284.087	0	35.482	-278.774	1.523.663	197.554	61.020	1.265.089	1.279.670	16.169	
PDL	4.573.557	1.300.897	1.661.000	228.427	4.302.937	12.066.819	1.827.908	2.810.682	7.428.229	10.055.681	2.007.843	
RGR	3.421.983	11.131.157	2.204.381	144.560	4.224.554	21.126.634	3.184.417	10.011.266	7.930.950	16.703.022	5.101.981	
LAG	1.738.799	2.075.186	1.071.690	330.096	372.023	5.587.794	1.274.296	2.608.120	1.705.378	3.915.633	1.960.358	
VFC	1.595.773	553.853	0	46.340	418.731	2.614.696	948.400	854.666	811.630	1.246.966	959.066	
POV	1.491.250	1.511.833	455.000	850	445.998	3.904.931	1.479.391	3.982.453	-1.556.913	2.105.081	1.540.388	
NRD	1.783.387	1.219.773	511.276	73.283	82.841	3.670.560	877.261	1.686.345	1.106.955	2.430.423	6.730.752	
AGH	3.547.344	3.992.540	2.041.229	810.837	698.489	11.090.438	1.665.545	1.308.178	8.116.715	8.246.273	365.397	
PVT	2.530.817	8.971.487	2.392.871	2.937.265	126.328	16.958.768	2.893.129	10.671.519	3.394.119	12.939.068	5.080.256	
SCG	1.150.896	962.232	800.000	0	-310.458	2.602.670	142.146	85	2.460.439	2.675.776	151.546	
CAL	1.408.300	199.070	112.970	3.032	-347.048	1.376.324	257.887	15.353	1.103.085	764.240	70.258	
VEL	1.611.646	1.177.520	265.000	0	219.123	3.273.289	961.815	2.645.180	-333.705	2.156.465	1.466.390	
SRP	1.275.598	1.873.352	1.774.912	0	383.099	5.306.962	1.782.084	1.223.983	2.300.895	2.761.992	794.792	
LPC	1.603.612	2.139.736	5.758.698	0	-1.113.938	8.388.109	669.087	1.944.061	5.774.961	4.644.280	0	
MAD	1.687.425	567.856	142.332	20.971	138.654	2.557.238	611.990	1.099.103	846.144	1.850.169	1.139.478	
HRT	2.089.414	1.327.836	665.000	23.812	12.277	4.118.340	1.204.934	924.039	1.989.366	2.726.847	1.291.536	
SCF	923.253	1.138.368	0	39.340	-60.193	2.040.768	169.087	0	1.871.680	1.888.053	0	
LFL	1.190.131	2.219.143	0	0	1.077.008	4.486.282	253.691	176.169	4.056.422	3.542.360	248.069	
CRV	635.338	66.586	0	0	88.551	790.475	110.318	26.990	653.168	697.691	35.925	

Em princípio, o investimento realizado (coluna 10) não deveria ultrapassar o saldo disponível (coluna 9), adicionado do montante em dívida a fornecedores (coluna 8). Nos casos em que isso acontece, e são apenas 3 e por pequenas diferenças, o município terá utilizado o saldo da gerência do ano anterior para suprir essa diferença.

Em 11 municípios, a dívida a fornecedores de imobilizado baixa em 2010, pelo que, uma parte do investimento realizado em 2010 diz respeito ao pagamento das dívidas amortizadas. Nos restantes casos, destaca-se o Nordeste, em que esta dívida aumenta de 1,7 para 6,7 m.e., o que significa que os 2,4 m.e. de investimento em 2010 referem-se integralmente a novos projetos, aos quais se junta o investimento realizado e não pago, no valor de 5 m.e.

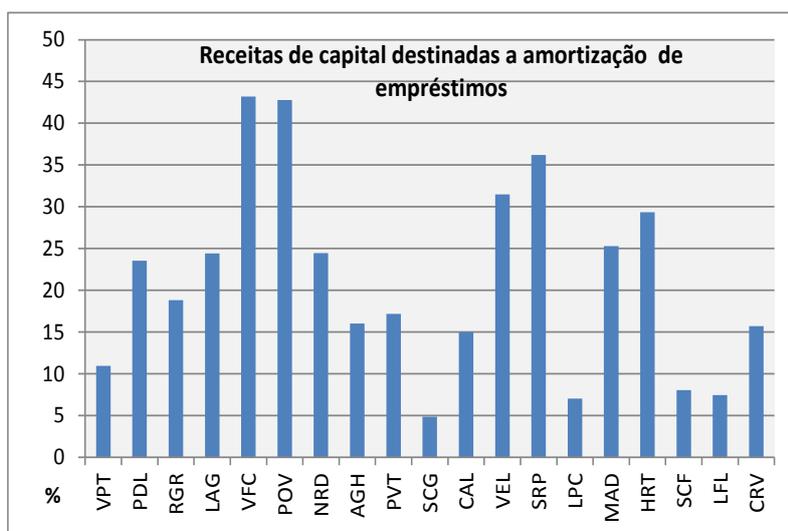
Vejam os outros casos:

- Ribeira Grande – a dívida a fornecedores baixa de 10 para 5 m.e., tendo o município efetuado 16,7 m.e. de despesas de investimento. Optou-se por deixar metade da dívida por pagar, canalizando o dinheiro para novos investimentos.
- Praia da Vitória – situação semelhante, uma vez que a dívida passou de 10,7 m.e. no final de 2009 para 5,1 m.e. no final de 2010, tendo entretanto sido gastos cerca de 13 m.e. em despesas de investimento.

### 3.6 - Utilização das receitas de capital

As receitas de capital são aplicadas essencialmente em 3 tipos de despesa: em investimento direto, em transferências de capital (investimento delegado nas freguesias, associações de municípios e empresas municipais) e em amortizações de empréstimos. Sendo assim, quanto mais amortizações de empréstimos o município tem que suportar, menos investimento, direto e por delegação, pode realizar nesse ano.

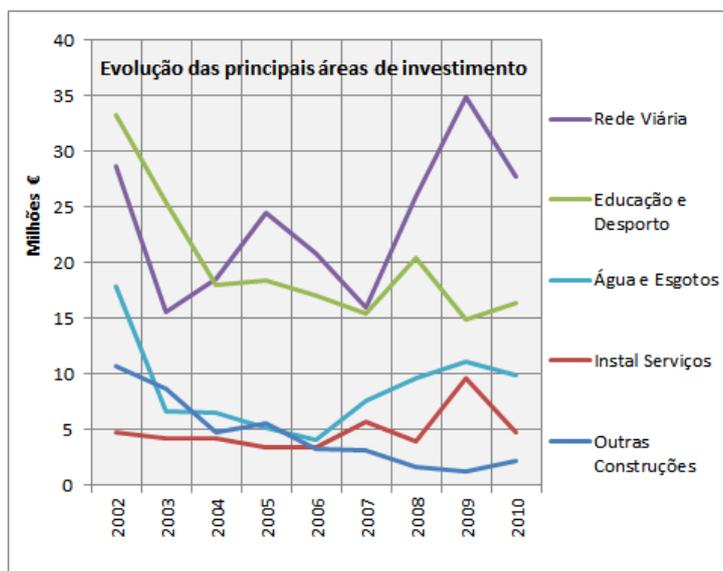
Vejamos que percentagens das suas receitas de capital, os municípios dedicaram à amortização de empréstimos:



Em 14 dos municípios, as amortizações de empréstimos absorveram ¼ ou menos das receitas de capital, sendo os valores mais baixos observados em Santa Cruz da Graciosa, Lajes do Pico e os municípios das Flores. Não esquecer, no entanto, que algumas despesas de investimento são para pagar dívidas às empresas.

### 3.7 - Evolução das principais áreas de investimento

No gráfico ao lado, podemos ver como evoluíram as principais áreas de investimento. A rede viária revela-se como prioritária, distanciando-se da área da educação e desporto nos últimos 3 anos. O sector de abastecimento de água e esgotos tem subido nos últimos anos, mas sofreu um abrandamento em 2010, representando agora cerca de 12% do investimento total.



#### 4 - Situação Patrimonial

Todos os comentários feitos anteriormente, excetuando os relativos ao endividamento, referem-se à execução ao nível dos recebimentos e pagamentos efetuados pelos municípios. Nesta segunda parte, vamos abordar a execução patrimonial, analisando os balanços e demonstrações de resultados.

##### 4.1 - Balanço

Em 2010, o balanço total dos 19 municípios da Região apresentava a seguinte estrutura:

Ativo	Valores em euros	Fundos Próprios e Passivo	Valores em euros
Imobilizado Incorpóreo	6.325.719	Fundos Próprios	656.211.657
Imobilizado Corpóreo	1.095.673.408	Passivo	
Imobilizado Financeiro	57.981.415	Provisões para riscos e encargos	8.273.633
Existências	2.150.762	Dívida bancária	162.512.092
Dívidas de terceiros	15.756.442	Dívida não bancária	86.329.214
Depósitos e Caixa	11.251.829	Passivo Exigível	257.114.939
Acréscimos de proveitos	4.662.497	Acréscimos de custos	7.905.213
Custos diferidos	25.890.853	Proveitos diferidos	298.461.117
		Passivo Total	563.481.269
Ativo Total	1.219.692.926	Fundos Próprios e Passivo	1.219.692.926

No lado do ativo, sobressai, naturalmente, o imobilizado corpóreo, ocupando 90% do ativo total. Trata-se de uma situação normal nos municípios, entidades vocacionadas para fazerem obras não destinadas a venda. As obras são efetuadas na sua maioria por empreitada, pelo que as existências têm valor reduzido, e as dívidas a receber dos contribuintes e utentes não atingem montantes muito elevados, em termos relativos.

Em relação ao ano anterior, o imobilizado corpóreo aumentou apenas 1%, enquanto as amortizações acumuladas aumentaram 8,8%, ou seja, o acréscimo do imobilizado não foi suficiente para compensar a depreciação registada no mesmo.

Por outro lado, as imobilizações em curso no final de 2010 eram de 117 m.e., menos 25% do que um ano atrás, o que significa que em 2010, face às disponibilidades financeiras, a prioridade foi para a conclusão das obras em curso, pouco restando para as obras novas. De facto, em 2009 as imobilizações em curso representavam 14,3% do imobilizado corpóreo e em 2010 esta percentagem baixou para 10,7%.

No imobilizado financeiro, destacam-se as “Partes de capital”, ou seja, as participações no capital de outras entidades, que em 2010 registavam um valor de 53 m.e., mais 152% do que em 2009. Este aumento de 32 m.e. na participação no capital de outras entidades deve-se na sua quase totalidade ao município de Ponta Delgada, que em 2010 atualizou o valor da conta

411 “Partes de capital” em 30,8 m.e., de modo a refletir o valor da sua participação nos respetivos serviços municipalizados.

No quadro resumo apresentado, podemos verificar as variações nas contas atrás referidas, bem como noutros agregados patrimoniais, entre 2009 e 2010. As amortizações acumuladas sofreram um acréscimo de 8,8%. Todavia, em Angra do Heroísmo verificou-se uma redução de 24%, causada por uma alteração no valor da conta 423 “Equipamento Básico” que passa de 7.740.253,17 € em 2009, para 616.371,94 € em 2010, resultante da transferência de 6,5 m.e. de equipamento básico para os serviços municipalizados, passando a integrar o balanço destes serviços.

<b>Activo Líquido</b>	<b>3,4</b>
<b>Imobilizado</b>	<b>3,5</b>
Incorpóreo	9,2
Corpóreo em curso	-24,6
Corpóreo	5,4
Financeiro	88,4
Amortizaç acumuladas	8,8
<b>Existências</b>	<b>19,1</b>
<b>Dívidas de terceiros</b>	<b>-37,5</b>
<b>Depósitos e Caixa</b>	<b>21,7</b>
<b>Fundos Próprios</b>	<b>5,9</b>
Património	1,9
Reservas Legais	8,1
<b>Passivo</b>	<b>0,6</b>
Dívida Bancária	-0,1
Outras Dívidas	-5,2
Proveitos diferidos	3,3

No caso de Santa Cruz das Flores, registou-se um aumento de amortizações acumuladas da ordem dos 253%, mas neste caso porque neste município, o processo de inventariação e avaliação dos bens do imobilizado sofreu atrasos e só em 2009 se começaram a registar amortizações. Se compararmos com o outro município da Ilha e de dimensão semelhante - Lajes das Flores, percebemos como o imobilizado de Santa Cruz das Flores está subavaliado, pois as despesas de investimento, resultantes da contabilidade orçamental, diferem apenas 3,3 m.e., o imobilizado líquido difere cerca de 11 milhões e as amortizações acumuladas 12,6 m.e.

Municípios	Despesas de Investimento 2002/2010	Imobilizado Líquido - 2010	Amortizações acumuladas - 2010
Santa Cruz das Flores	15.071.835	17.559.190	1.105.555
Lajes das Flores	18.391.793	28.550.742	13.770.699

Se adicionássemos as amortizações acumuladas, obtendo desta forma o imobilizado bruto, a diferença entre os dois municípios passaria para os 23,6 m.e.

A conclusão que podemos tirar é que o município de Santa Cruz das Flores praticamente começou a contabilizar o seu imobilizado a partir da entrada em vigor do POCAL, ou seja, 2002, não tendo considerado o imobilizado já existente. Em 2002, o imobilizado de Santa Cruz das Flores era de 310 mil euros, enquanto o de Lajes das Flores era de 23,8 milhões de euros e o do Corvo era de 7 milhões.

O valor das existências aumentou 19%, somando as matérias-primas, subsidiárias e de consumo 2,1 m.e. Este aumento, deve-se mais a correções nos registos de contabilidade do que propriamente a um aumento real. O município de Vila do Porto, por exemplo, só em 2010 registou no seu balanço o valor desta conta, sendo de 81.953 €, e o mesmo acontece com a Calheta, que só em 2010 regista 84.306 €. A Povoação não tem registo de existências, em qualquer ano, tal como Santa Cruz da Graciosa e Lajes das Flores. A verdade é que, em 2010, 12 municípios não efetuaram aquisições de matérias-primas e subsidiárias.

No caso das dívidas a receber de terceiros, registou-se uma diminuição de 37,5%. O valor destas dívidas passou de 25,2 para 15,8 m.e., essencialmente devido ao recebimento de transferências de outras entidades, resultantes de acordos e contratos celebrados. Só a Ribeira Grande recebeu de Serviços e Fundos Autónomos a quantia de 6,8 m.e.

As dívidas de clientes, contribuintes e utentes baixaram cerca de 8%, mas em contrapartida aumentaram as dívidas de cobrança duvidosa em 224%, em parte porque foram transferidas das contas correntes para estas últimas, somando em 2010, 271 mil euros. Não estão aqui incluídos os serviços municipalizados. O valor destas duas contas do ativo – dívidas de clientes, contribuintes e utentes e dívidas de cobrança duvidosa, no conjunto destas duas entidades equivale a cerca de dois terços do total dos municípios da Região, conforme mostra o quadro abaixo:

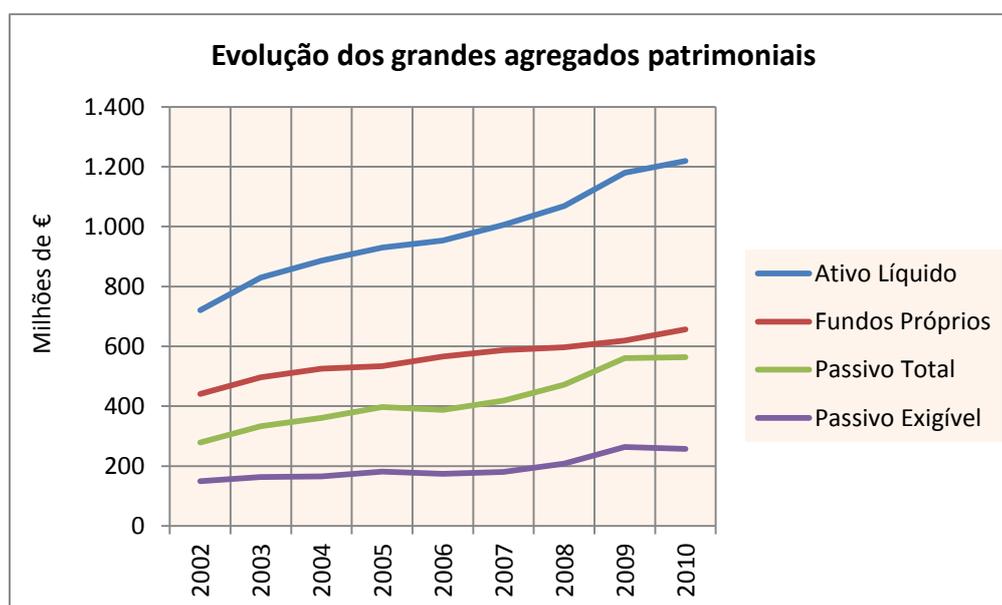
	Dívidas de Clientes, contribuintes e utentes	Dívidas de Clientes de cobrança duvidosa
SMPD	1.106.437	159.203
SMAH	1.009.438	4.418
Total - SM	2.115.875	163.621
Total - CM	3.108.324	270.606

Se considerássemos todas as dívidas a receber de terceiros, aí o valor dos SM seria bem inferior ao valor total das CM, pois estas apresentam valores muito superiores no que respeita a dívidas a receber de participações aprovadas.

Por outro lado, os serviços municipalizados sobressaem também noutras contas do balanço, nomeadamente o equipamento básico e as ferramentas e utensílios, na área do imobilizado.

#### 4.2 - Evolução das grandes componentes do Balanço

O gráfico seguinte mostra a evolução, para o conjunto dos 19 municípios, das componentes do Balanço. Apresenta-se o passivo total, que adicionado aos fundos próprios iguala o ativo, mas considerou-se importante destacar o passivo exigível, ou seja, aquele que evidencia, na realidade, as dívidas dos municípios, deduzindo do passivo total os acréscimos e diferimentos. No caso dos municípios, os proveitos diferidos correspondem a transferências recebidas como participações em investimentos, mas o registo do proveito a elas relativo será repartido pelos anos de amortização das obras, ou seja, à medida que forem sendo registados os custos do imobilizado participado.



Em 2010, num passivo total de 563 m.e., 53% são proveitos diferidos e 1,4% são acréscimos de custos, pelo que a dívida real é na realidade de 257 m.e.

Sendo assim, temos uma dívida de 257 milhões de euros, cuja contrapartida é um ativo de 1,2 mil milhões de euros, quase 6 vezes superior, sabendo-se ainda que em alguns municípios o ativo está subavaliado. Acontece que a maior parte do ativo não é passível de venda e por isso, o que interessa é a capacidade real dos municípios de suportarem os encargos com as dívidas, tendo em conta as suas receitas anuais e todos os seus encargos.

#### 4.3 - O peso relativo dos serviços municipalizados e das associações de municípios

O quadro seguinte dá-nos uma ideia do peso relativo dos serviços municipalizados e das associações de municípios em certas contas do balanço (nas associações, só se consideram a AMRAA e a AMISM, porque as outras duas, AMIF e AMIP não têm contabilidade patrimonial, dada a sua pequena dimensão).

Assim, o ativo líquido global (municípios + serviços municipalizados + associações) era de 1,3 mil milhões de euros, com os municípios a representarem 94% desse valor, mas em certas contas esse peso percentual é bem menor. É o caso do equipamento e ferramentas, atrás referido, bem como das dívidas de contribuintes e utentes. Saliente-se o valor destas dívidas nas associações de municípios, que representam 18%, comparadas com 15% dos serviços municipalizados.

<b>BALANÇO - 2010</b>	TOTAL (€) CM+SM+AM	% CM	% SM	% AM
<b>Ativo Líquido</b>	<b>1.302.208.284</b>	<b>94</b>	<b>5</b>	<b>1</b>
<b>Imobilizado</b>	<b>1.230.304.359</b>	<b>94</b>	<b>5</b>	<b>1</b>
<b>Imobilizado Incorpóreo</b>	<b>6.497.123</b>	<b>97</b>	<b>3</b>	<b>0</b>
Terrenos e recursos naturais	88.052.730	97	1	2
Edifícios e outras construções	820.686.468	98	1	1
Equipamento básico	111.374.123	60	40	1
Equipamento de transporte	6.317.342	92	8	0
Ferramentas e utensílios	685.555	75	25	0
Equipamento administrativo	3.792.798	91	8	1
Imobilizações corpóreas em curso	123.853.740	95	5	0
Outras imobilizações corpóreas	10.971.958	98	2	0
<b>Imobilizado Corpóreo</b>	<b>1.165.734.714</b>	<b>94</b>	<b>5</b>	<b>1</b>
<b>Imobilizado Financeiro</b>	<b>58.072.521</b>	<b>100</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Existências</b>	<b>2.517.746</b>	<b>85</b>	<b>13</b>	<b>2</b>
<b>Dívidas de terceiros</b>	<b>23.482.222</b>	<b>67</b>	<b>15</b>	<b>18</b>
Clientes, contribuintes e utentes	7.259.414	43	29	28
Clientes de cobrança duvidosa	502.291	54	33	14
Estado e outros entes públicos	773.401	42	14	43
Administração autárquica	1.169.311	15	73	11
Outros devedores	13.777.806	86	2	12
<b>Depósitos e Caixa</b>	<b>14.124.146</b>	<b>80</b>	<b>16</b>	<b>5</b>
<b>Fundos Próprios</b>	<b>703.267.820</b>	<b>93</b>	<b>5</b>	<b>1</b>
<b>Dívida bancária</b>	<b>163.698.835</b>	<b>99</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
<b>Dívida não bancária</b>	<b>89.534.890</b>	<b>96</b>	<b>3</b>	<b>1</b>
<b>Fundos Próprios e Passivo</b>	<b>1.302.208.284</b>	<b>94</b>	<b>5</b>	<b>1</b>

#### 4.4 - Os Fundos Próprios

Resultantes da diferença entre o ativo e o passivo total, os fundos próprios em 2010 eram de 656 m.e., tendo aumentado cerca de 6%. Os fundos próprios aumentam por via dos resultados do exercício, mas também podem variar como resultado de correções ou outras situações.

Apenas o município da Calheta apresenta fundos próprios negativos, cerca de 3 milhões de euros. O seu ativo líquido é de 17 m.e., mas o município vizinho, o das Velas, tem um ativo líquido de 38,5 milhões. O ativo da Calheta, tal como o de Santa Cruz das Flores, está sem

dúvida subavaliado, motivo pelo qual os seus fundos próprios são negativos. No caso de Santa Cruz das Flores, os fundos próprios são positivos, no valor de 15,6 m.e., o que é elevado, face a um ativo líquido de 18,2 milhões, mas isto porque este município quase não regista amortizações do imobilizado.

#### 4.5 - Rácios e comentários

Apresentam-se a seguir alguns rácios relacionados com os balanços dos municípios.

	RÁCIOS	VPT	PDL	RGR	LAG	VFC	POV	NRD	AGH	PVT	SCG
1	ATIVO CIRCULANTE / PASSIVO CIRCULANTE	0,9	0,9	0,2	0,2	0,3	0,0	0,2	0,5	0,4	0,5
2	FUNDOS PRÓPRIOS / FUNDOS ALHEIOS	15,1	4,9	2,8	2,8	1,8	0,3	2,6	2,1	1,7	3,4
3	FUNDOS PRÓPRIOS / ATIVO LÍQUIDO	0,9	0,7	0,5	0,7	0,6	0,2	0,6	0,5	0,4	0,5
4	PATRIMÓNIO / ATIVO LÍQUIDO	0,6	0,3	0,2	0,2	0,7	0,2	0,5	0,5	0,3	0,2
5	CAPITAIS PERMANENTES / ATIVO FIXO	1,0	1,0	0,9	0,9	0,9	0,5	0,9	1,0	0,9	1,0
6	ATIVO FIXO / ATIVO CIRCULANTE	47,6	50,6	83,9	75,6	57,0	131,1	58,0	63,9	24,6	161,0
7	DEPÓSITOS E CAIXA / PASSIVO CIRCULANTE	0,8	0,2	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,4	0,0	0,5
8	DÍVIDA MLP / IMOBILIZADO LÍQUIDO	0,0	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,1	0,2	0,1	0,1

	RÁCIOS	CAL	VEL	SRP	LPC	MAD	HRT	SCF	LFL	CRV	RAA
1	ATIVO CIRCULANTE / PASSIVO CIRCULANTE	1,0	0,1	2,3	10,8	0,4	1,1	17,4	3,2	3,1	0,3
2	FUNDOS PRÓPRIOS / FUNDOS ALHEIOS	-0,3	1,5	8,2	1,0	1,7	6,5	13,6	9,5	2,9	2,6
3	FUNDOS PRÓPRIOS / ATIVO LÍQUIDO	-0,2	0,4	0,7	0,3	0,4	0,7	0,9	0,7	0,5	0,5
4	PATRIMÓNIO / ATIVO LÍQUIDO	-0,1	0,5	0,8	0,4	0,2	0,8	0,7	0,6	0,2	0,4
5	CAPITAIS PERMANENTES / ATIVO FIXO	0,9	0,8	1,0	1,0	0,9	1,0	1,0	1,0	1,0	0,9
6	ATIVO FIXO / ATIVO CIRCULANTE	16,6	51,2	10,2	14,6	59,9	27,3	26,3	21,1	26,2	39,8
7	DEPÓSITOS E CAIXA / PASSIVO CIRCULANTE	0,7	0,0	0,6	9,0	0,1	0,1	15,8	3,2	1,8	0,1
8	DÍVIDA MLP / IMOBILIZADO LÍQUIDO	0,6	0,1	0,1	0,3	0,2	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1

#### Alguns comentários

Alguns municípios apresentam valores muito diferentes, sendo difícil explicar os motivos dessas diferenças, sabendo-se que por vezes elas se devem a incorreções nos registos contabilísticos, ou a outras situações especiais. No rácio n.º 1 (Liquidez geral), o valor global (RAA) é de 0,3, ou seja, as disponibilidades + existências + dívidas de clientes e utentes cobrem 30% das dívidas de curto prazo a pagar. Aparecem, no entanto, valores muito elevados em Lajes do Pico e Santa Cruz das Flores. A entrada de verbas no final do ano, por exemplo empréstimos, faz aumentar provisoriamente o ativo (depósitos) não aumentando a dívida de curto prazo, mas sim a de longo prazo, fazendo aumentar este rácio.

No rácio Fundos Próprios / Fundos Alheios, Vila do Porto tem um valor de 15,1 e Santa Cruz das Flores 13,6, muito superiores ao valor global de 2,6. Sabendo-se que o passivo deverá estar correto, o problema deverá estar nos fundos próprios. Vila do Porto só em 2007 começou a registar amortizações e Santa Cruz das Flores só nos últimos dois anos. O facto de não

considerarem durante vários anos estes custos permitiu-lhes obter melhores resultados e com isso aumentar os fundos próprios.

No rácio capitais permanentes / ativo fixo, vários municípios têm o valor máximo de 1, sendo de 0,5 o valor mais baixo, encontrado na Povoação. Ou seja, neste município, a dívida de médio e longo prazo, mais os fundos próprios apenas cobre metade do imobilizado.

O rácio ativo fixo / ativo circulante, mostra valores muito diferentes entre os municípios. O ativo fixo é o imobilizado e o ativo circulante será a parte restante do ativo, ou seja, as existências, as dívidas a receber, as disponibilidades.

Finalmente, o rácio dívida de médio e longo prazo / imobilizado líquido. O valor global é de 0,1, ou seja, a dívida de empréstimos de médio e longo prazo representa apenas 10% do imobilizado líquido existente. Aparecem alguns municípios com 0,2, mas a Calheta destaca-se, pela negativa, com um valor de 0,6. Quer dizer que o imobilizado que aparece no balanço deste município é apenas o mais recente, faltando inventariar e incluir no balanço imobilizado mais antigo, relativamente ao qual já não há dívida. Por outro lado, este município está com um plano de saneamento financeiro em curso.

#### 4.6 - Resultados Líquidos

O quadro seguinte mostra a evolução dos resultados líquidos dos municípios e associações desde que o POCAL entrou em vigor. Sendo o resultado líquido a diferença entre proveitos e custos, tudo o que provoque alterações nos custos ou nos proveitos provoca alterações nos resultados líquidos. Assim, delegar investimentos nas freguesias, associações de município, ou empresas municipais, faz aumentar os custos e por consequência, faz baixar os resultados. Não registar amortizações do imobilizado é não contabilizar custos, resultando melhores resultados. Se um município considera o recebimento de uma participação de fundos comunitários como um proveito daquele ano, em vez de reparti-lo pelos anos de vida útil da obra (proveitos diferidos) aumenta os proveitos daquele ano e por consequência melhora os resultados nesse ano, mas nos anos seguintes só tem custos a considerar com a obra em causa, não podendo reconhecer proveitos relativos a ela e por isso vai piorar os resultados nesses anos.

Os municípios são entidades com características específicas, que diferem muito das empresas privadas. Se virmos a estrutura dos proveitos de um município, os impostos e as vendas de bens e serviços, ou seja, o que é gerado pela própria entidade, representam apenas 25% dos proveitos totais. Os restantes 75% são transferências, o que é uma realidade totalmente diferente das empresas. Sendo assim, o desafio é perceber como entidades com estas características podem ter resultados negativos.

Todas estas são explicações possíveis para as variações observadas no quadro seguinte.

## Evolução dos Resultados Líquidos

	euros								
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
VPT	2.284.160	1.746.776	1.498.580	2.022.151	4.755.842	-697.710	-558.707	727.627	-1.306.187
PDL	4.486.200	3.174.444	5.387.776	6.430.000	4.847.688	4.956.143	2.215.392	9.325.482	2.276.196
RGR	4.984.803	432.842	3.633.044	3.448.928	2.225.359	3.918.447	4.311.090	3.428.731	4.555.040
LAG	11.345.000	4.223.438	4.346.221	3.024.315	2.265.443	2.325.432	2.265.613	651.109	134.010
VFC	2.996.800	-366.810	648.893	-451.398	929.007	127.043	-1.586.172	-8.038.615	-2.848.324
POV	6.771.000	3.277.490	989.183	754.306	480.209	483.029	-423.454	-1.195.810	1.416.117
NRD	932.800	210.219	829.400	508.459	1.050.034	253.218	102.504	-622.618	-1.507.753
AGH	3.836.670	15.618	941.871	-1.129.299	780.023	-335.195	-700.261	372.042	214.786
PVT	1.797.230	-341.279	2.298.691	550.397	778.631	445.656	55.497	-1.516.508	1.421.707
SCG	1.266.400	401.857	1.165.670	664.935	607.542	653.685	626.823	649.083	198.882
CAL	-1.792.900	-955.067	17.111	-18.477	89.439	195.503	-29.103	-141.093	1.089.925
VEL	-84.000	-1.463.288	-515.007	-471.473	90.997	112.460	-1.557	-165.788	725.342
SRP	2.964.400	1.663.230	-1.385.489	-2.704.831	-1.263.603	-371.909	-384.039	-275.172	-461.699
LPC	165.500	-1.108.999	-569.297	-731.194	-581.697	-661.993	191.835	-827.511	-1.378.500
MAD	673.100	191.190	827.541	319.611	466.133	590.465	579.597	638.336	174.588
HRT	-1.220.800	-1.280.330	-2.145.013	-2.852.020	-1.668.133	-1.827.759	-2.387.402	-2.318.924	-2.104.740
SCF	832.100	601.430	1.875.825	2.589.689	2.665.758	1.485.643	495.341	841.069	-347.032
LFL	-183.600	1.666.372	-878.841	187.560	361.094	483.228	-36.208	-62.157	-301.372
CRV	405.500	450.832	308.544	204.284	129.283	76.706	310.518	468.748	588.904
SMPD	757.700	1.038.897	1.096.310	1.049.830	1.074.337	1.923.856	2.073.567	1.450.212	1.280.358
SMAH	-347.950	313.390	877.400	357.190	276.214	28.207	-35.210	-84.534	575.047
AMRAA	-85.082	106.952	166.506	85.951	136.587	108.122	14.740	-244.575	-64.618
AMISM	155.380	167.015	785.808	369.326	1.344.833	1.583.126	832.707	1.226.496	966.878

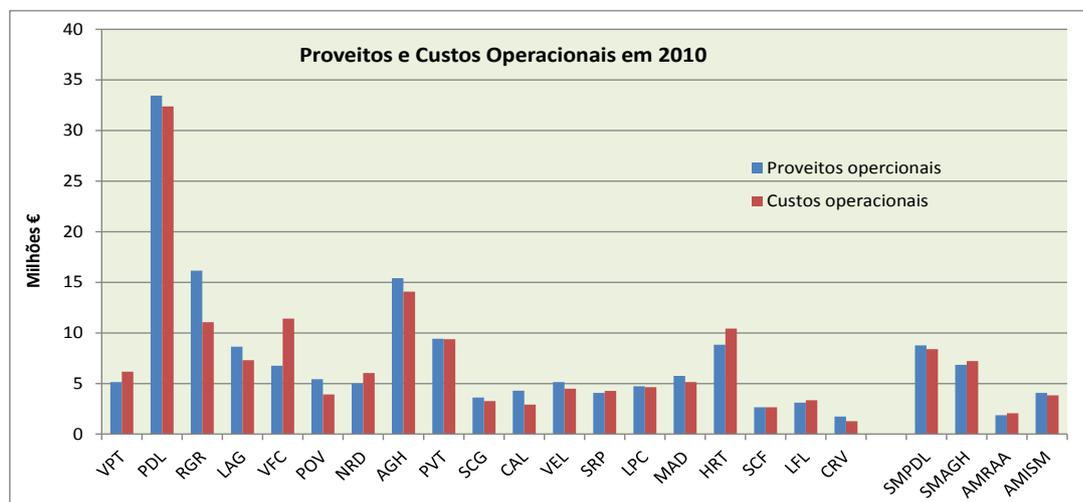
Em 2010, 8 municípios e uma associação (AMRAA) tiveram resultados negativos. Não deixa de ser interessante constatar que dois municípios com situação totalmente diferente em termos de endividamento - Vila do Porto, pouco endividado (dívida total igual a 36% das receitas próprias) e Povoação muito endividado (dívida total igual a 680% das receitas próprias), apresentam resultados líquidos precisamente ao contrário - Vila do Porto um prejuízo de 1,3 m.e. e Povoação um lucro de 1,4 m.e. Razões: Vila do Porto regista amortizações de imobilizado no valor de 2,3 m.e, e Povoação apenas 123 mil. Povoação tem apenas 2,8 milhões de euros de amortizações acumuladas e Vila do Porto já totalizou 16,8 milhões, o que faz com que tenha um imobilizado líquido de 27,3 m.e., comparado com os 42 milhões da Povoação.

Por outro lado, Vila do Porto não registou proveitos diferidos em qualquer ano (desde 2002), ao passo que a Povoação já tem um total acumulado de 12,6 m.e. Ora, Vila do Porto recebeu cerca de 11.5 m.e. de participações de fundos comunitários e do Governo Regional, pelo que deveria ter essas verbas registadas como proveitos diferidos. Ao ter registado essas participações como proveitos de cada ano e não dos anos seguintes, beneficiou os anos em que recebeu as participações. Outros municípios com prejuízos: Vila Franca do Campo (prejuízo de 2,8 m.e.), Nordeste (1,5 m.e.), S. Roque do Pico, outro município com poucas dívidas (462 mil euros de prejuízos), Lajes do Pico (1,4 m.e.), Horta (2.1 m.e.).

Municípios que sempre apresentaram resultados positivos, desde 2002: Ponta Delgada, Ribeira Grande, Lagoa, Santa Cruz da Graciosa, Madalena e Corvo. Sempre com prejuízos, apenas a Horta. Este município apresenta valores negativos na parte operacional, na parte financeira e na parte extraordinária. Os custos operacionais da Horta são de 10,4 m.e. A Praia da Vitória tem 9,4 m.e. e a Ribeira Grande 11,1 m.e. Nos proveitos operacionais, a Horta

apresenta 8,8 m.e., comparada com 9,4 m.e. da Praia da Vitória e 16,2 m.e. da Ribeira Grande. A Horta concentra cerca de 18% das suas despesas em subsídios e transferências para outras entidades. A Praia da Vitória gasta 11% e a Ribeira Grande, 7%.

O gráfico seguinte mostra os proveitos e custos operacionais em 2010.



Os resultados financeiros, raramente são positivos, mesmo assim, Ponta Delgada apresenta resultados financeiros positivos de 936 mil euros, devido aos juros recebidos de empréstimos concedidos aos serviços municipalizados.

#### 4.6 – Resultados Líquidos das empresas municipais

Em 2010, 6 empresas apresentaram resultados negativos, o pior deles na empresa Velas Futuro (cerca de 80 mil euros de prejuízo). Destaca-se, também, a variação nos resultados da Culturangra, que passou de um prejuízo de 711 mil euros para um resultado positivo de 408 mil euros em 2010, beneficiando, no entanto, de um subsídio à exploração de 2,3 m.e.

São de realçar, também, os subsídios recebidos pela Empresa Municipal da Lagoa e pela Empresa “Praia em Movimento” da Praia da Vitória, ambos superiores a 1 milhão de euros, mas nestes casos estes subsídios foram apenas em montante suficiente para que os resultados fossem positivos.

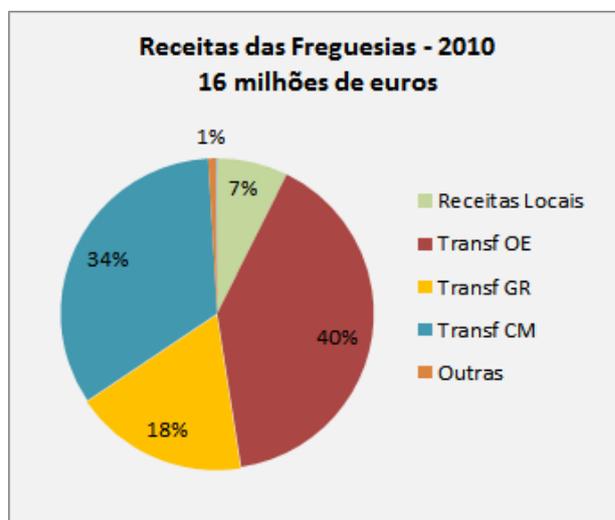
Se determinadas atividades, quando exercidas pelo município, não geram receitas suficientes para cobrir as despesas, sendo necessário utilizar outras fontes de financiamento (FEF, por exemplo), então não se pode esperar que as empresas municipais que executam essas atividades tenham resultados positivos se não obtiverem também algumas receitas extraordinárias, ou seja, os subsídios de exploração. Estes devem ser apenas suficientes para cobrir os prejuízos. A justificação de existência das empresas municipais não deve ficar limitada aos resultados. Interessa mais saber o seu custo, quando comparado com outras alternativas.

CM	EMPRESAS MUNICIPAIS	Resultados Líquidos		Subsídios à Exploração		Proveitos Totais			
		2010	2009	2008	2010	2009	2008		
VPT	SDMSA	20.543	-	-	285.000	-	348.905	-	2.162.460
PDL	AZORES PARK	8.592	49.499	7.898	0	0	1.993.667	1.621.947	2.162.460
	ACÇÃO PDL	0	19.994	16.249	487.226	120.000	37.633	138.226	41.503
	ANIMA CULTURA	1.062	17.945	999	895.000	1.122.500	1.307.500	931.192	1.341.861
RGR	CIDADE EM ACÇÃO	8.151	0	0	376.920	0	779.792	676.285	562.405
	COLISEU MICAELENSE	35.073	16.360	130.565	955.000	489.122	750.877	1.981.450	1.599.721
	PDL SOCIAL	1.306	1.731	833	990.000	990.000	658.500	1.162.840	774.294
RGR	RGR Mais	55.362	36.801	2.717	911.740	668.803	371.162	1.202.284	520.672
LAG	EM da LAGOA	86	9.215	3.373	1.030.075	760.930	842.006	1.338.989	1.113.712
VFC	ATLÁNTICO VILA	-1.299	40.393	4.746	0	0	869.982	942.036	914.608
	MARINA DA VILA	53.983	13.340	18.072	60.000	30.000	171.753	124.257	118.239
	VILA SOLIDÁRIA	115.758	84.244	79.368	494.803	523.879	480.851	584.923	516.172
	VFC - EMPREENDIMENTOS	2.142	26.204	51.988	286.300	259.500	373.968	302.805	341.402
RGR	EIRSU	-2.030	-	-	0	-	309.814	-	-
POV	POVOAINVEST	10.721	30.180	-11.025	152.988	227.151	207.628	172.875	246.433
NRD	ESPAÇO POVOAÇÃO	75.817	-3.859	47.585	412.529	614.709	363.654	441.236	633.865
	NORDESTE ACTIVO	2.053	351	24.351	116.000	347.641	253.668	868.392	781.605
AGH	HSN - HABITAÇÃO SOCIAL NRD	8.775	270	59.065	275.282	167.946	75.000	289.704	177.318
PVT	CULTURANGRA	407.731	-711.192	-333	2.267.081	1.973.687	1.740.738	3.219.174	2.826.885
SCG	PRAIA AMBIENTE	5.356	23.559	15.827	0	0	2.917.122	2.764.206	2.653.490
	PRAIA EM MOVIMENTO	727	1.057	34	1.655.064	1.058.418	0	2.090.422	1.259.295
VEL	EM TRANSPORT COLECTIVOS	24.191	10.688	16.656	0	0	240.532	222.591	217.271
SRP	VELAS FUTURO	-79.963	19.398	1.780	130.000	135.000	105.000	166.697	273.283
LPC	CAIS INVEST	-4.810	11	310	144.400	104.015	61.629	156.245	104.015
MAD	CULTURPICO	-9.041	23.632	-367	470.373	208.749	172.064	514.234	243.098
HRT	MADALENA PROGRESSO	2.019	381	4.014	152.739	4.386	28.513	238.870	4.396
SCF	HORTALUDUS	-6.974	-43.547	54.101	426.137	449.233	457.098	774.801	703.260
LFL	URBHORTA	18.828	-12.795	210	160.719	177.016	99.340	346.186	208.646
	FLORES INVEST	0	0	0	0	0	0	39.852	4.080
	OCIDENTAL MAIS	85.732	72.927	65.882	0	0	588.500	722.241	602.507

## 5 - FREGUESIAS

As 155 freguesias da Região Autónoma dos Açores movimentaram, em 2010, cerca de 16 milhões de euros. Não é possível apurar um número exato, atendendo a que 3 freguesias não enviaram as suas contas, apesar das insistências efetuadas. Em relação a essas freguesias em falta, considerou-se como receita, pelo menos aquelas que são conhecidas por outros meios – transferências do município (mencionadas na conta deste), fundos do orçamento do estado (publicados no OE/2010 e processados por esta direção regional) e transferências efetuadas por esta direção regional no âmbito da cooperação financeira com as freguesias, no âmbito do Decreto Legislativo Regional nº 32/2002/A, de 8 de Agosto. O mesmo raciocínio foi efetuado para a despesa, estimando que pelo menos as transferências recebidas foram gastas de acordo com a natureza das mesmas. Uma vez que as transferências representam 92% das receitas totais, a estimativa não ficará longe da realidade.

O Fundo de Financiamento das Freguesias (FFF) constitui a maior fonte de receita destas autarquias (40%), seguida das transferências do município, derivadas das delegações de competências. As transferências do Governo Regional representam também uma importante fonte de receita, destinada essencialmente ao investimento, em áreas delegadas por este (colaboração financeira) e em áreas da responsabilidade das freguesias e relacionadas com obras e equipamento das sedes (cooperação financeira).



As receitas locais (1,2 m.e.) resultam, entre outros, do IMI sobre prédios rústicos (250 mil euros), juros de depósitos e rendas de terrenos e habitações (210 mil euros), da venda de bens e serviços (242 mil euros) e da venda de bens de investimento, essencialmente sepulturas (350 mil euros).

A disparidade no montante de receitas locais cobradas pelas freguesias é enorme. Se considerarmos que o FFF traduz a dimensão de cada freguesia, uma vez que depende da população e da área da mesma, então podemos ter uma ideia real das diferenças nas receitas locais, quando comparamos a Freguesia dos Arrifes (Ponta Delgada), com um FFF de 99,6 mil euros e receitas locais de 26,7 mil euros (27% do FFF), com a Freguesia de S. Pedro (Vila do Porto), que tem um FFF de 40 mil euros e apenas 57 euros de receitas locais (0,1%) ou com a Freguesia de Santa Bárbara (Ponta Delgada), que com um FFF de 28,7 mil euros cobra

apenas 41 euros de receitas locais. Em 2010, 4 freguesias não tiveram quaisquer receitas locais.

Em termos globais, as receitas locais representam 15,3% das receitas próprias (receitas locais + FFF). Vejamos como se distribuem as freguesias dos Açores relativamente a este rácio:

Freguesias com receitas locais superiores a 50% das receitas próprias	3
Freguesias com receitas locais entre a 40% e 50% das receitas próprias	4
Freguesias com receitas locais entre a 30% e 40% das receitas próprias	7
Freguesias com receitas locais entre a 20% e 30% das receitas próprias	15
Freguesias com receitas locais entre a 10% e 20% das receitas próprias	41
Freguesias com receitas locais entre a 5% e 10% das receitas próprias	33
Freguesias com receitas locais iguais ou inferiores a 5 % das receitas próprias	52

Outro rácio interessante será o grau de cobertura de algumas despesas obrigatórias pelas receitas próprias. Considerando nas despesas obrigatórias os encargos dos eleitos locais e os encargos com as instalações da sede, temos os seguintes resultados, relativamente à percentagem destas despesas nas receitas próprias, sendo de 23% o valor global para as freguesias dos Açores:

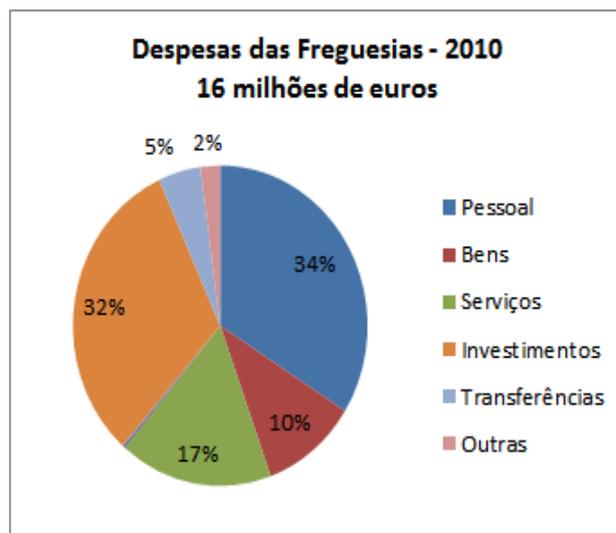
Acima dos 50%	4
Entre 30% e 50%	50
Entre 20% e 30%	63
Inferior a 20%	38

Não foram consideradas outras despesas de funcionamento, tais como aquisição de serviços e de bens porque não é possível separar aquelas despesas que resultam da execução de delegações de competências e para as quais as freguesias recebem transferências. O objetivo era verificar em que medida as receitas próprias são suficientes para fazer face às despesas obrigatórias. Ora, em quase todas as freguesias, estas despesas não absorvem metade das receitas próprias.

Apenas 11 freguesias não receberam verbas do município para executarem competências delegadas, sendo 6 delas no município de Lajes das Flores.

A terceira maior fonte de receita das freguesias em 2010 foi a das transferências do Governo Regional, com um peso de 18%. Neste caso, foram 22 as que em 2010 não receberam, 63 receberam menos de 10 mil euros e 21 mais de 50 mil.

No que respeita às despesas, os 16 milhões de euros gastos pelas freguesias apresentam a estrutura que vemos no gráfico ao lado. As despesas de pessoal e de investimento são de dimensão semelhante e ocupam 2 terços da despesa total, um valor aproximado dos 63%, verificado nos municípios. Nas despesas de aquisição de bens e serviços a situação é diferente, pois o seu peso total é de 27% nas freguesias e de 13% nos municípios. Nas transferências para instituições o valor é igual.



Comparando a estrutura das despesas das freguesias e dos municípios temos o seguinte quadro:

Despesas	FREGUESIAS %	MUNICÍPIOS %
Pessoal	34	24
Bens	10	4
Serviços	17	9
Serviço da dívida	0,4	11
Investimento	32	39
Transferências	4,6	11
Outras	2	2

As despesas com o serviço da dívida de empréstimos têm um peso bem inferior nas freguesias, uma vez que estas só podem contrair empréstimos de curto prazo. De igual modo, nas freguesias as transferências para outras entidades têm um peso percentual muito inferior ao verificado nos municípios.

### Investimento

As freguesias realizaram 5 milhões de euros de investimento, tendo recebido 3 m.e. dos municípios e 2 m.e. do Governo Regional para financiar estas despesas. A rede viária ocupou 22% do investimento, a conservação de sedes 14%, a habitação 9% e a informática 4%. Na prática, porém, o investimento foi superior, pois parte das despesas de pessoal e de aquisição de bens e serviços diz respeito a investimentos por administração direta, tendo esse excesso, cujo montante não é possível apurar, sido suportado por outras receitas da freguesia.

RECEITAS 2010

euros

MUNICÍPIOS	Receitas Locais	%	Transferências OE	%	Transferências UE	%	Transferências GR	%	Transferências Outras	%	Empréstimos	%	Total Receitas
VPT	764.542	14,9	4.078.330	79,2	284.087	5,5	0	0,0	19.573	0,4	0	0,0	5.146.532
PDL	18.028.316	49,5	15.295.558	42,0	1.026.010	2,8	295.676	0,8	131.873	0,4	1.661.000	4,6	36.438.433
RGR	5.845.736	20,0	9.885.940	33,9	1.736.435	5,9	2.704.638	9,3	6.811.644	23,3	2.204.381	7,6	29.188.774
LAG	3.778.462	31,7	4.967.547	41,6	1.662.437	13,9	451.938	3,8	746	0,0	1.071.690	9,0	11.932.821
VFC	2.038.505	28,4	4.535.239	63,2	427.633	6,0	146.383	2,0	23.178	0,3	0	0,0	7.170.938
POV	949.156	13,2	4.244.859	59,1	1.106.343	15,4	405.489	5,6	20.229	0,3	455.000	6,3	7.181.076
NRD	380.867	5,6	4.619.942	68,0	1.256.088	18,5	0	0,0	24.864	0,4	511.276	7,5	6.793.037
AGH	4.888.233	22,7	10.582.943	49,2	3.144.019	14,6	406.921	1,9	465.072	2,2	2.041.229	9,5	21.528.416
PVT	5.008.951	21,2	7.229.038	30,6	6.171.817	26,1	1.941.846	8,2	902.110	3,8	2.392.871	10,1	23.646.632
SCG	628.597	11,6	3.010.126	55,6	962.232	17,8	0	0,0	12.443	0,2	800.000	14,8	5.413.398
CAL	671.118	14,4	3.691.686	79,0	156.741	3,4	42.329	0,9	0	0,0	112.970	2,4	4.674.845
VEL	802.503	12,4	4.211.903	65,0	947.285	14,6	230.235	3,6	18.897	0,3	265.000	4,1	6.475.824
SRP	757.853	9,8	3.325.044	42,9	1.217.797	15,7	657.173	8,5	14.940	0,2	1.774.912	22,9	7.747.719
LPC	608.702	4,8	4.166.711	32,8	2.139.736	16,9	0	0,0	13.393	0,1	5.758.698	45,4	12.687.241
MAD	1.101.106	17,7	4.376.004	70,5	482.856	7,8	89.274	1,4	19.670	0,3	142.332	2,3	6.211.243
HRT	3.218.617	29,4	5.737.551	52,4	1.204.091	11,0	132.274	1,2	1.060	0,0	665.000	6,1	10.958.594
SCF	274.361	7,2	2.362.885	62,4	1.117.655	29,5	20.713	0,5	11.868	0,3	0	0,0	3.787.483
LFL	1.373.205	21,2	2.880.847	44,5	1.759.147	27,2	459.996	7,1	0	0,0	0	0,0	6.473.194
CRV	40.467	2,3	1.604.431	92,6	66.586	3,8	2.870	0,2	17.857	1,0	0	0,0	1.732.211
CM	51.159.297	23,77	100.806.584	46,85	26.868.995	12,49	7.987.755	3,71	8.509.418	3,95	19.856.359	9,23	215.188.409
SMPD	8.911.847	96,9	0	0,0	250.000	2,7	0	0,0	38.144	0,4	0	0,0	9.199.991
SMAH	6.275.362	73,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2.283.177	26,7	0	0,0	8.558.539
SM	15.187.209	85,52	0	0,0	250.000	1,41	0	0,0	2.321.321	13,07	0	0,0	17.758.530
AMRAA	1.767.540	97,5	0	0,0	46.149	2,5	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1.813.689
AMISM	3.370.957	83,7	0	0,0	0	0,0	0	0,0	655.080	16,3	0	0,0	4.026.037
AMIF	218.128	52,7	0	0,0	0	0,0	195.476	47,3	0	0,0	0	0,0	413.604
AMIP	280.490	53,1	0	0,0	174.739	33,1	0	0,0	15.922	3,0	57.270	10,8	528.422
AM	5.637.115	83,12	0	0,0	220.888	3,26	195.476	2,88	671.003	9,89	57.270	0,84	6.781.752
CM+SM+AM	71.983.621	30,03	100.806.584	42,05	27.339.883	11,40	8.183.231	3,41	11.501.741	4,80	19.913.629	8,31	239.728.691

DESPESAS - 2010

MUNICÍPIOS	Pessoal		Aquisição de Bens		Aquisição de Serviços		Serviço da Dívida		Juros de Locação Fin		Juros de Mora		Investimento		Tranf p/ inst s/ fins lucrativ		Tranf e subsíd p/ empresas munic		Outras Transferências		Outras Despesas		Total Despesas		
	%		%		%	Juros empr	Amortiz	Total	%		%		%		%		%		%		%		%		
VPT	1.889.190	35,7	573.637	10,8	554.599	10,5	19.092	197.554	216.647	4,1	0,0	0,0	0,0	1.279.670	24,2	445.592	8,4	100.000	1,9	167.319	3,2	66.886	1,3	5.295.541	
PDL	11.686.941	31,7	1.903.160	5,2	5.545.485	15,1	427.092	1.827.908	2.255.000	6,1	69,6	0,0	59.088,2	10.055.681	27,3	863.653	2,3	2.993.759	8,1	98.068	0,3	1.362.815	3,7	36.823.700	
RGR	4.865.291	16,7	586.036	2,0	1.453.598	5,0	185.395	3.184.417	3.369.812	11,6	1.442,7	0,0	22.758,9	16.703.022	57,5	692.244	2,4	381.993	2,0	70.396	0,2	716.104	2,5	29.060.698	
LAG	2.641.647	22,0	697.851	5,8	1.358.896	11,3	129.894	1.274.296	1.404.190	11,7	13.956,9	0,1	0,0	3.915.653	32,6	382.726	3,2	911.872	7,6	239.184	2,0	434.936	3,6	12.000.871	
VFC	2.520.453	34,9	425.297	5,9	1.001.567	13,9	389.665	948.400	1.338.065	18,5	285,3	0,0	9.084,6	1.246.966	17,3	216.302	3,0	30.000	0,4	21.867	0,3	405.627	5,6	72.125.495	
POV	2.290.899	32,1	1.507.111	2,1	375.004	5,3	112.926	1.479.391	1.592.317	22,3	0,0	0,0	19.021,5	3,3	2.105.081	29,5	119.603	1,7	161.997	2,3	153.896	2,2	163.918	2,3	71.324.448
NRD	1.818.260	27,1	203.467	3,0	546.581	8,2	142.474	877.261	1.019.735	15,2	0,0	0,0	4.717,5	0,1	2.430.423	36,3	376.514	5,6	196.400	2,9	22.474	0,3	85.627	1,3	6.704.988
AGH	4.310.999	20,8	438.613	2,1	1.788.313	8,6	278.511	1.665.545	1.944.056	9,4	0,0	0,0	0,0	0,0	8.246.273	39,8	1.242.234	6,0	2.094.565	10,1	523.451	2,5	136.744	0,7	207.255.247
PVT	3.676.068	15,4	318.246	1,3	1.025.561	4,3	153.444	2.893.129	3.046.573	12,7	0,0	0,0	57.051,0	0,2	12.939.068	54,0	1.747.245	7,3	803.926	3,4	121.834	0,5	212.659	0,9	23.948.231
SCG	1.317.601	22,9	472.566	8,2	403.614	7,0	40.915	142.146	183.060	3,2	0,0	0,0	0,0	0,0	2.675.776	46,6	510.932	8,9	0	0,0	132.000	2,3	48.500	0,8	5.743.750
CAL	1.854.045	42,4	323.037	7,4	530.901	12,1	333.332	257.887	591.219	13,5	0,0	0,0	95.945,5	2,2	764.240	17,5	62.750	1,4	0	0,0	71.109	1,6	84.694	1,9	4.377.841
VEL	1.798.025	27,7	228.156	3,5	685.003	10,6	56.862	961.815	1.018.677	15,7	1.377,8	0,0	224.853,0	3,5	2.156.465	33,2	165.343	2,5	153.000	2,4	29.921	0,5	23.336	0,4	6.486.157
SRP	1.025.053	13,9	202.910	2,8	490.234	6,7	18.988	1.782.084	1.801.072	24,5	0,0	0,0	0,0	0,0	2.761.992	37,5	950.643	12,9	125.000	1,7	1.670	0,0	4.696	0,1	7.363.291
LPC	1.781.572	16,3	377.408	3,4	1.052.958	9,6	108.687	669.087	777.773	7,1	0,0	0,0	579.798,4	5,3	4.644.280	42,4	1.249.529	11,4	197.871	1,8	287.671	2,6	12.336	0,1	10.961.196
MAD	1.972.388	30,8	103.160	1,6	567.882	8,9	70.516	611.990	682.507	10,6	0,0	0,0	1.850.169	28,9	1.041.183	16,2	171.000	2,7	171.000	2,7	9.638	0,2	11.820	0,2	6.409.747
HRT	3.510.727	31,7	414.342	3,7	1.525.526	13,8	98.976	1.204.934	1.303.910	11,8	0,0	0,0	0,0	0,0	2.726.847	24,6	562.069	5,1	641.517	5,8	214.220	1,9	171.923	1,6	11.071.081
SCF	1.056.277	27,1	218.936,6	5,6	306.069	7,8	19.583	1.69.087	188.670	4,8	0,0	0,0	0,0	0,0	1.888.053	48,4	147.952	3,8	0	0,0	11.866	0,3	82.943	2,1	3.900.767
LFL	1.050.038	17,8	563.868	9,7	310.440	5,4	25.275	253.691	278.967	4,8	2.700,5	0,0	0,0	0,0	3.542.360	61,1	8.355	0,1	20.925	0,4	8.070	0,1	28.104	0,5	5.793.828
CRV	628.278	35,7	87.775	5,0	187.486	10,6	16.526	110.318	126.844	7,2	0,0	0,0	0,0	0,0	697.491	39,6	21.870	1,2	10.000	0,6	0	0,0	1.231	0,1	1.761.175
CM	51.671.736	24,3	8.288.877	3,9	19.709.737	9,3	2.628.152	20.510.942	23.139.094	10,9	19.813	0,0	1.072.218	0,5	82.629.688	38,8	10.806.720	5,1	9.195.825	4,3	2.184.653	1,0	4.054.898	1,9	212.773.560
SMPD	4.009.291	37,2	611.569	5,7	848.924	7,9	5.938	172.837	178.775	1,7	0,0	0,0	0,0	0,0	4.920.821	45,6	5.252	0,0	0	0,0	0	0,0	212.493	2,0	10.787.125
SWAH	3.296.155	38,4	1.082.414	12,6	1.317.880	15,4	0	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2.834.986	33,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	50.792	0,6	8.582.227
CMSM	7.305.447	37,7	1.693.983	8,7	2.166.804	11,2	5.938	172.837	178.775	0,9	0,0	0,0	0,0	0,0	7.755.806	40,0	5.252	0,0	0	0,0	0	0,0	263.285	1,4	19.369.352
AMRAA	178.095	9,2	101.182	5,2	444.541	23,0	0	0	0	0,0	0,0	0,0	32.544,3	1,7	0	0,0	0	0,0	0	0,0	8.824	0,5	1.165.735	60,4	1.930.940
AMSM	184.184	5,1	6.447	0,2	2.732.419	76,3	10.630	88.023	98.653	2,8	0,0	0,0	2.724,4	0,1	554.029	15,5	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1.693	0,0	3.580.150
AMIF	124.682	34,6	21.663	6,0	210.393	58,4	0	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3.464	1,0	360.202
AMIP	472.668	10,3	52.231	11,4	111.852	24,4	5.520	6.432	11.951	2,6	0,0	0,0	0,0	0,0	233.586	50,9	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2.217	0,5	459.106
CMSM	534.228	8,4	181.524	2,9	3.499.206	55,3	16.149	94.435	110.604	1,7	0,0	0,0	35.269	0,6	787.616	12,4	0	0,0	0	0,0	8.824	0,1	1.173.128	18,5	6.330.398
CMSM-AM	59.511.411	25,0	10.164.383	4,3	25.375.747	10,6	2.650.240	20.778.234	23.428.473	9,8	19.813	0,0	1.107.487	0,5	91.173.111	38,2	10.811.972	4,5	9.195.825	3,9	2.193.477	0,9	5.491.311	2,3	238.473.010

**Evolução das receitas e despesas - totais dos municípios dos Açores**

FINANÇAS LOCAIS - AÇORES									
euros									
RUBRICAS	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
<b>Receitas Totais</b>	<b>231.418.134</b>	<b>179.469.216</b>	<b>174.269.120</b>	<b>178.691.088</b>	<b>171.116.975</b>	<b>186.252.348</b>	<b>207.336.109</b>	<b>219.499.680</b>	<b>215.188.409</b>
Receitas Locais	24.533.459	30.226.945	36.090.958	37.470.321	42.966.233	52.113.730	52.103.377	51.402.705	51.159.297
Fundos Orçamento do Estado	81.700.477	84.978.411	89.476.614	91.454.893	91.405.816	91.680.561	96.124.922	95.915.059	100.806.584
Fundos Comunitários	51.509.115	30.324.962	23.265.073	26.212.373	19.328.517	14.995.126	15.044.492	29.772.985	26.868.995
Transferências - Governo Reg	7.356.864	6.312.528	7.520.047	5.292.511	4.046.709	5.897.026	7.626.663	11.038.358	7.987.755
Outras Transferências	11.237.614	8.962.172	4.828.411	3.831.086	1.398.502	4.277.472	11.302.152	4.631.979	8.509.418
Empréstimos	55.080.606	18.664.197	13.088.017	14.429.904	11.971.197	17.288.433	25.134.503	26.738.594	19.856.359
<b>DESPESAS</b>	<b>217.841.743</b>	<b>187.871.817</b>	<b>174.226.878</b>	<b>182.380.283</b>	<b>172.993.519</b>	<b>184.548.371</b>	<b>206.850.112</b>	<b>219.759.537</b>	<b>212.773.260</b>
Pessoal	38.444.601	39.793.427	41.763.964	43.934.950	46.742.606	47.031.485	48.167.976	50.593.462	51.671.736
Aquisição de Bens	5.284.052	5.775.884	5.524.741	6.206.296	6.320.338	7.458.803	8.038.143	8.124.185	8.288.877
Aquisição de Serviços	13.746.028	15.911.711	17.758.510	18.694.803	17.921.557	19.455.805	19.246.577	19.194.840	19.709.737
Juros	2.869.141	3.870.495	3.505.825	3.594.809	4.428.060	6.138.345	7.254.987	6.016.477	3.745.004
Amortizações	11.474.435	9.792.906	11.919.016	11.741.256	12.878.407	13.470.190	13.787.466	18.419.414	20.510.942
Investimentos	134.779.228	98.777.523	79.343.037	80.968.405	66.500.829	70.185.518	85.591.666	92.661.611	82.629.688
Transferênc p/ instituições n/ lucrativ	8.124.312	8.937.656	9.679.690	9.883.771	10.006.331	12.098.454	11.365.172	11.265.400	10.806.720
Transferênc e subsíd p/ sector emp local	0	73.151	955.049	1.168.716	2.127.599	3.594.952	6.807.846	7.734.735	9.195.825
Outras Transferências	1.750.687	2.070.270	1.842.401	2.287.303	2.482.457	2.696.744	2.370.293	2.517.102	2.184.653
Outras Despesas	1.369.260	2.868.793	1.934.643	3.899.974	3.585.336	2.418.075	4.219.985	3.232.310	4.030.078
<b>Áreas de Investimento</b>	<b>134.779.228</b>	<b>98.777.523</b>	<b>79.343.037</b>	<b>80.968.405</b>	<b>66.500.829</b>	<b>70.185.518</b>	<b>85.591.666</b>	<b>92.661.611</b>	<b>82.629.688</b>
Terrenos e Habitação	23.877.314	23.645.206	9.727.876	8.968.941	4.578.114	8.572.756	10.796.425	7.851.842	5.408.733
Instal Serviços e out edifícios	4.795.335	4.218.682	4.213.313	3.448.179	3.381.896	5.705.207	3.976.338	9.669.020	4.762.798
Educação e Desporto	33.233.109	25.412.804	17.948.304	18.445.299	16.980.501	15.465.955	20.463.604	14.849.287	16.370.847
Rede Viária	28.625.172	15.540.340	18.471.632	24.535.962	20.777.677	16.013.524	25.905.358	34.931.635	27.691.815
Água e Esgotos	17.875.025	6.632.579	6.541.461	5.192.056	4.134.263	7.630.704	9.559.541	11.135.017	9.843.754
Lixos	498.633	1.203.115	2.401.626	2.288.481	2.214.464	2.112.372	1.162.709	859.664	772.279
Outras Construções	10.733.706	8.674.784	4.795.509	5.549.339	3.298.611	3.179.098	1.708.669	1.186.658	2.261.641
Equipamento, Material Transporte	5.160.165	4.196.096	4.226.802	4.019.195	3.544.589	2.876.767	3.141.383	2.312.004	3.386.295
Informática (incluído em equip até 2005)			0	0	917.874	882.081	761.907	731.018	928.485
Outros	9.980.768	9.253.918	11.016.514	8.520.953	6.672.839	7.747.054	8.115.731	9.135.465	11.203.042
<b>Receitas Locais</b>	<b>24.533.459</b>	<b>30.226.945</b>	<b>36.090.958</b>	<b>37.470.321</b>	<b>42.966.233</b>	<b>52.113.730</b>	<b>52.103.377</b>	<b>51.402.705</b>	<b>51.159.297</b>
Imposto municipal s/ imóveis - IMI	3.596.464	4.452.181	5.426.846	7.012.894	7.054.804	8.393.433	9.108.022	9.618.111	10.386.964
Imposto único de circulação - IUC	1.427.836	1.621.606	1.789.980	2.041.632	2.271.755	2.378.625	2.304.062	2.711.580	2.942.450
Imposto municipal s/ transaç - IMT	5.612.927	5.655.707	5.329.984	6.243.277	7.994.310	12.047.266	10.442.226	10.051.154	10.131.291
Loteamentos e obras	1.453.944	1.306.515	1.485.382	1.489.022	1.592.084	3.118.929	2.694.979	1.948.158	1.890.346
Ocupação da via pública	450.502	691.172	318.833	312.166	353.786	514.933	664.686	480.272	497.113
Saneamento (esgotos e lixos)	1.625.773	2.103.930	2.222.139	2.635.438	2.889.326	3.178.872	3.570.215	3.460.005	3.953.063
Juros, rendas e dividendos	1.136.832	1.108.601	1.578.723	1.663.840	2.607.616	2.037.773	1.934.649	1.431.517	2.303.880
Venda de bens	907.654	1.595.429	1.545.569	683.734	1.069.742	367.991	424.869	224.001	251.508
Fornecimento de água	5.136.967	5.907.763	6.646.940	7.004.909	7.303.691	6.673.300	6.586.028	6.569.309	6.740.290
Trabalhos para particulares	161.048	174.262	244.211	173.857	214.157	176.148	191.315	254.032	298.664
Outras receitas locais	3.023.512	5.609.778	9.502.351	8.209.551	9.614.962	13.226.459	14.182.325	14.654.566	11.763.728
<b>Despesas de Pessoal</b>	<b>38.444.601</b>	<b>39.793.427</b>	<b>41.763.964</b>	<b>43.934.950</b>	<b>46.742.606</b>	<b>47.031.485</b>	<b>48.167.976</b>	<b>50.593.462</b>	<b>51.671.736</b>
Remunerações certas e perman	30.370.042	31.663.525	33.363.342	35.463.686	36.868.202	36.090.747	36.886.812	38.037.579	38.968.880
Abonos variáveis e eventuais	2.077.194	2.148.480	2.082.137	2.371.418	2.277.840	2.160.233	2.289.153	2.417.740	2.214.111
Segurança Social	5.997.365	5.981.422	6.318.486	6.099.846	7.596.564	8.780.505	8.992.011	10.138.144	10.488.744
Saldo Inicial	4.351.522	17.917.243	9.510.270	9.550.512	5.870.813	4.002.877	5.707.474	6.193.480	6.571.651
Receitas Correntes	73.588.786	79.792.288	89.311.775	94.035.711	97.535.153	105.708.698	108.148.923	106.180.603	112.036.777
Receitas de Capital	157.745.062	99.653.175	84.766.629	84.543.820	73.509.286	80.453.229	98.983.814	113.840.531	103.004.557
Reposições n/ abatidas nos pag	84.286	23.753	190.716	111.556	72.536	90.421	203.372	116.577	147.075
Receita Total	231.418.135	179.469.216	174.269.120	178.691.087	171.116.975	186.252.348	207.336.109	220.137.712	215.188.409
Total de Disponibilidades	235.769.656	197.386.459	183.779.389	188.241.598	176.987.788	190.255.225	213.043.583	226.331.192	221.760.059
Despesas Correntes	64.531.754	71.051.918	75.109.924	80.388.264	85.324.185	92.306.513	97.984.154	100.477.641	101.556.574
Despesas de Capital	153.309.989	116.819.899	99.116.953	101.992.018	87.669.334	92.241.858	108.865.958	119.281.896	111.216.686
Despesa Total	217.841.743	187.871.817	174.226.878	182.380.283	172.993.519	184.548.371	206.850.112	219.759.537	212.773.260
Saldo Final	17.927.914	9.514.642	9.552.512	5.861.315	3.994.269	5.706.854	6.193.471	6.571.655	8.986.799
Saldo Inicial - Operaç Tesouraria	1.680	2.107	2.050	2.087	2.128	2.288.796	2.226.118	2.670.277	2.671.527
Entradas de fundos - OT	10.661	8.818	8.058	8.918	8.196	8.589.849	8.973.268	9.659.794	8.835.279
Saídas de Fundos - OT	10.297	8.581	8.021	8.868	8.028	8.657.339	8.529.009	9.658.544	9.241.695
Saldo Final - Operaç Tesouraria	2.044	2.344	2.087	2.137	2.296	2.221.306	2.670.377	2.671.527	2.265.111
Dívida Bancária / receitas próprias -%	118	118	109	108	103	99	104	106	103
Outras dívidas / receitas próprias	22	24	23	33	26	26	36	66	53
Serv Dívida / Rec Próprias - %	14	12	12	12	13	14	14	16	15
Pess+Serv Div / Rec Próp %	50	46	46	46	48	46	47	49	48
Pess+juros / Rec Corr - %	56	55	51	51	52	50	51	53	47
Amortiz Empr / Receitas de Capital -%	7	10	14	14	18	17	14	16	20
Invest municip realizado p/ JF %	5	6	9	8	8	7	7	6	5
Investim financ p/ Adm Reg - %	4	6	9	6	5	7	7	9	7
Investim financ p/ Fundos OE %	21	34	42	43	50	40	34	31	35
Investim financ p/ Fundos UE %	33	30	27	31	26	18	15	26	26
Investim financ p/ empréstim %	35	18	13	14	9	17	22	16	14

Balço e Demonstração de Resultados - totais dos municípios dos Açores

FINANÇAS LOCAIS - AÇORES									
euros									
BALANÇO	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
<b>Activo Líquido</b>	<b>720.300.845</b>	<b>829.320.223</b>	<b>886.168.265</b>	<b>930.175.522</b>	<b>953.442.723</b>	<b>1.005.242.653</b>	<b>1.068.796.790</b>	<b>1.179.882.569</b>	<b>1.219.692.926</b>
<b>Imobilizado</b>	<b>682.108.207</b>	<b>804.062.296</b>	<b>861.891.320</b>	<b>911.020.151</b>	<b>937.819.282</b>	<b>980.039.975</b>	<b>1.036.715.275</b>	<b>1.120.392.323</b>	<b>1.159.980.543</b>
<b>Imobilizado Incorpóreo</b>	<b>2.673.107</b>	<b>3.619.558</b>	<b>5.149.826</b>	<b>5.814.887</b>	<b>6.362.125</b>	<b>6.116.855</b>	<b>5.956.762</b>	<b>5.794.819</b>	<b>6.325.719</b>
Terrenos e recursos naturais	59.062.201	76.928.308	79.328.762	79.005.687	75.724.857	79.551.738	83.085.905	83.810.943	85.401.975
Edifícios e outras construções	381.465.181	473.598.969	536.047.483	579.053.321	624.141.843	665.711.003	695.936.612	750.368.947	806.359.575
Equipamento básico	106.092.938	101.134.479	81.182.399	78.830.605	79.999.308	77.908.925	77.015.796	74.764.902	66.372.017
Equipamento de transporte	4.992.782	5.559.295	5.495.207	6.251.225	7.364.403	6.608.049	7.271.065	6.530.768	5.791.527
Ferramentas e utensílios	487.814	509.121	512.352	485.999	433.214	439.952	1.328.942	1.341.946	512.690
Equipamento administrativo	2.775.854	2.743.599	3.001.599	3.098.281	2.657.039	2.310.254	2.016.492	2.241.148	3.439.873
Imobilizações corpóreas em curso	115.089.590	134.902.905	143.158.436	148.093.957	129.512.151	128.709.261	139.834.399	155.145.320	117.044.592
Outras imobilizações corpóreas	5.437.690	1.465.938	3.507.968	4.098.681	4.433.944	5.095.389	7.445.465	9.613.411	10.751.159
<b>Imobilizado Corpóreo</b>	<b>675.404.050</b>	<b>796.842.615</b>	<b>852.234.206</b>	<b>898.917.756</b>	<b>924.266.759</b>	<b>966.334.571</b>	<b>1.013.934.675</b>	<b>1.083.817.386</b>	<b>1.095.673.408</b>
Partes de capital	3.616.950	3.242.369	4.065.860	5.839.187	6.757.011	7.153.970	9.678.561	21.005.328	52.831.546
Investimentos em imóveis	288.000	263.740	419.914	426.808	431.826	433.018	7.143.716	4.698.204	4.924.199
Outro Imobilizado Financeiro	126.100	94.014	21.514	21.514	1.562	1.562	1.562	5.076.586	225.671
<b>Imobilizado Financeiro</b>	<b>4.031.050</b>	<b>3.600.123</b>	<b>4.507.288</b>	<b>6.287.508</b>	<b>7.190.398</b>	<b>7.588.549</b>	<b>16.823.838</b>	<b>30.780.118</b>	<b>57.981.415</b>
Amortizações acumuladas	7.894.624	104.139.909	109.318.724	137.478.723	160.964.383	198.509.355	231.036.128	265.436.559	288.918.963
<b>Existências</b>	<b>446.800</b>	<b>401.688</b>	<b>449.130</b>	<b>438.340</b>	<b>610.313</b>	<b>1.062.136</b>	<b>1.436.520</b>	<b>1.806.598</b>	<b>2.150.762</b>
Matérias primas, subsd e de cons	446.800	401.688	449.130	388.780	565.471	1.018.192	1.398.682	1.770.925	2.125.779
Outras	0	0	0	49.560	44.842	43.944	37.838	35.673	24.983
<b>Dívidas de terceiros</b>	<b>17.242.910</b>	<b>13.209.498</b>	<b>11.594.082</b>	<b>9.987.405</b>	<b>8.039.193</b>	<b>14.060.609</b>	<b>18.364.490</b>	<b>25.202.834</b>	<b>15.756.442</b>
<b>Dvidas de médio e longo prazo</b>	<b>935.240</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1.790.353</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Clientes, contribuintes e utentes	612.110	1.669.061	2.056.100	1.472.677	1.418.266	3.516.133	2.980.057	3.366.469	3.108.324
Clientes de cobrança duvidosa	0	0	63.452	62.850	93.599	70.661	64.901	83.550	270.606
Estado e outros entes públicos	350.700	486.004	408.690	486.289	629.583	464.376	347.415	351.423	326.539
Administração autárquica	1.546.900	1.337.130	1.115.744	961.097	814.182	666.104	512.376	349.024	176.187
Outros devedores	13.797.960	9.717.304	7.950.097	7.004.492	5.083.563	7.552.981	14.459.741	21.052.368	11.874.786
<b>Títulos negociáveis</b>	<b>0</b>	<b>414.484</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Depósitos e Caixa</b>	<b>20.021.129</b>	<b>10.902.417</b>	<b>11.637.841</b>	<b>7.998.719</b>	<b>6.291.667</b>	<b>7.933.591</b>	<b>8.863.757</b>	<b>9.243.183</b>	<b>11.251.829</b>
Depósitos em instituiç financeir	19.966.599	10.861.119	11.314.040	7.934.366	6.253.041	7.892.469	8.808.754	9.207.097	11.222.399
Caixa	54.530	41.298	323.801	64.353	38.626	41.123	55.003	36.086	29.430
<b>Acréscimos e diferimentos</b>	<b>481.800</b>	<b>329.839</b>	<b>595.892</b>	<b>730.907</b>	<b>682.268</b>	<b>2.146.342</b>	<b>3.416.748</b>	<b>2.237.631</b>	<b>30.553.350</b>
Acréscimos de proveitos	438.800	11.344	76.758	99.110	178.984	1.486.126	2.617.536	2.439.856	4.662.497
Custos diferidos	43.000	318.495	519.134	631.797	503.284	660.216	799.212	20.797.775	25.890.853
<b>Fundos Próprios e Passivo</b>	<b>719.777.263</b>	<b>829.829.485</b>	<b>886.168.265</b>	<b>930.207.832</b>	<b>953.442.666</b>	<b>1.005.242.654</b>	<b>1.068.796.791</b>	<b>1.179.882.569</b>	<b>1.219.692.926</b>
<b>Fundos Próprios</b>	<b>441.014.025</b>	<b>496.309.312</b>	<b>525.715.853</b>	<b>533.412.762</b>	<b>565.400.500</b>	<b>587.103.297</b>	<b>596.834.488</b>	<b>619.687.348</b>	<b>656.211.657</b>
Património	406.752.493	454.427.148	487.732.987	489.012.096	503.404.876	528.802.807	510.200.283	513.957.850	523.828.192
Ajustamento de partes de capital	0	0	0	0	0	-1.884.839	-1.929.345	8.179.490	38.743.609
Reservas legais	0	1.536.714	2.537.869	3.460.113	13.702.105	14.944.577	15.738.723	16.557.067	17.894.206
Reservas decorr transf activos	-162.200	-41.065	-197.268	-5.214.457	-5.000.000	0	0	0	0
Reservas livres	0	16.170.380	20.661.066	29.533.077	20.745.533	19.775.659	19.430.555	19.430.555	19.430.555
Subsídios e doações	11.800	256.478	170.413	872.667	2.838.356	3.238.205	5.051.376	7.425.173	12.307.807
Resultados transitados	0	11.440.043	-6.288.182	3.428.325	10.476.625	8.740.838	40.775.919	41.983.730	31.567.955
Resultado Líquido de exercício	34.411.932	12.519.614	20.941.074	12.345.941	19.009.047	12.212.091	5.047.306	1.795.162	2.539.892
Outros fundos próprios	0	0	157.893	-25.000	223.958	1.273.958	2.519.671	10.358.320	9.899.443
<b>Passivo</b>	<b>278.763.238</b>	<b>333.520.173</b>	<b>360.452.412</b>	<b>396.795.070</b>	<b>388.042.166</b>	<b>418.139.357</b>	<b>471.962.303</b>	<b>560.195.221</b>	<b>563.481.269</b>
Provisões para riscos e encargos	0	0	0	0	0	0	0	10.430.403	8.273.633
Empréstimos médio e longo prazo	123.308.955	135.508.620	136.693.602	139.801.326	138.963.043	141.945.286	153.578.499	160.445.401	159.875.905
Empréstimos curto prazo	2.439.000	0	0	0	0	865.595	640.000	2.192.355	2.636.187
<b>Dívida bancária</b>	<b>125.747.955</b>	<b>135.508.620</b>	<b>136.693.602</b>	<b>139.801.326</b>	<b>138.963.043</b>	<b>142.810.881</b>	<b>154.218.499</b>	<b>162.637.757</b>	<b>162.512.092</b>
Fornecedores c/c	3.785.066	3.901.532	5.052.477	5.351.497	7.162.067	9.018.126	9.575.715	14.083.058	15.258.701
Fornecedores de imobilizado c/c	16.518.408	18.815.981	20.494.872	32.613.852	17.526.794	19.347.812	32.249.752	42.049.211	28.960.204
Estado e outros entes públicos	550.349	599.583	628.174	753.777	982.292	1.001.536	1.348.597	649.321	1.472.433
Administração autárquica	109.150	1.587.929	5.635	160.147	499.936	514.605	471.469	414.973	6.776.993
Outros	2.440.980	2.496.011	2.875.915	3.347.323	8.757.615	7.531.818	10.650.073	33.858.795	33.860.882
<b>Dívida não bancária</b>	<b>23.403.953</b>	<b>27.401.036</b>	<b>29.057.073</b>	<b>42.226.596</b>	<b>34.928.704</b>	<b>37.413.897</b>	<b>54.295.607</b>	<b>91.055.358</b>	<b>86.329.214</b>
Acréscimos de custos	906.620	1.422.464	2.730.235	3.969.045	4.179.753	6.447.432	7.859.478	7.067.041	7.905.213
Proveitos diferidos	128.704.710	169.188.052	191.971.503	210.798.103	209.970.666	231.467.148	255.588.720	289.004.662	298.461.117
<b>Demonstração de Resultados</b>									
Amortizações do exercício	21.434.656	27.942.337	22.777.394	30.375.572	28.431.750	32.042.258	33.510.972	35.777.846	37.549.843
Provisões do exercício	0	0	15.307	296.395	225.448	177.845	229.822	6.294.316	4.056.558
Custos operacionais	92.785.137	102.992.896	103.088.488	114.575.610	116.560.080	123.895.646	131.248.927	141.867.339	144.170.897
Proveitos operacionais	140.037.190	129.901.697	132.142.500	137.605.593	142.765.974	144.924.701	148.048.348	151.434.449	149.291.577
Custos e perdas financeiros	6.126.100	4.083.941	3.405.046	4.271.467	4.612.643	6.483.541	8.049.699	5.635.561	3.750.928
Proveitos e ganhos financeiros	12.104.220	1.483.037	590.244	631.205	621.800	471.713	640.302	594.365	1.704.512
Custos e perdas extraordinários	18.530.860	18.040.775	15.758.302	14.626.630	14.052.533	20.057.879	16.843.608	17.664.520	24.507.648
Proveitos e ganhos extraordinár	7.761.050	6.272.843	8.793.795	7.582.851	10.846.529	17.252.744	12.500.890	15.076.637	23.973.275
<b>Resultados operacionais</b>	<b>47.252.053</b>	<b>26.908.800</b>	<b>29.054.012</b>	<b>23.029.983</b>	<b>26.205.895</b>	<b>21.029.054</b>	<b>16.799.421</b>	<b>9.567.111</b>	<b>5.120.681</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>5.978.120</b>	<b>-2.600.904</b>	<b>-2.814.802</b>	<b>-3.640.261</b>	<b>-3.990.843</b>	<b>-6.011.828</b>	<b>-7.409.397</b>	<b>-5.041.196</b>	<b>-2.046.417</b>
<b>Resultados extraordinários</b>	<b>-10.769.810</b>	<b>-11.767.932</b>	<b>-6.964.508</b>	<b>-7.043.779</b>	<b>-3.206.004</b>	<b>-2.805.135</b>	<b>-4.342.718</b>	<b>-2.587.883</b>	<b>-534.373</b>
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>42.460.363</b>	<b>12.539.964</b>	<b>19.274.702</b>	<b>12.345.942</b>	<b>19.009.047</b>	<b>12.212.091</b>	<b>5.047.306</b>	<b>1.938.031</b>	<b>2.539.891</b>